

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

MARIA CAROLINA CASTELANO DOMINGUES

**ARQUITETURA MODERNA E
DESENVOLVIMENTISMO: o morar brasileiro**

MONTES CLAROS – MG

2016

MARIA CAROLINA CASTELANO DOMINGUES

**ARQUITETURA MODERNA E
DESENVOLVIMENTISMO: o morar brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros como requisito para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Anete Marília Pereira

Montes Claros– MG

2016

Domingues, Maria Carolina Castelano.

D671a Arquitetura moderna e desenvolvimentismo [manuscrito]: o morar brasileiro /
Maria Carolina Castelano Domingues. – Montes Claros, 2016.

109 f. : il.

Bibliografia: f. 103-109.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Anete Marília Pereira.

1. Arquitetura. 2. Modernismo. 3. Desenvolvimentismo. 4. Moradia. I. Pereira,
Anete Marília. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: O
morar brasileiro.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PPGDS

Dissertação de Mestrado intitulada “Arquitetura moderna e desenvolvimentismo: o morar brasileiro” de autoria da mestrandia Maria Carolina Castelano Domingues, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dra. Maria Eliza Alves Guerra – UFU

Prof^a. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira – Unimontes

Prof^a. Dra. Anete Marília Pereira – Unimontes – Orientadora

Montes Claros, março de 2016.

Para Rogério, Gustavo e Leonardo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela oportunidade, pela coragem.

Agradeço ao amado companheiro Rogério F. Domingues e aos nossos filhos, Gustavo e Leonardo: inspirações para a conquista dos meus sonhos, meu refúgio de paz e alegria.

Aos meus pais Maria Candida Dalmédico e Antonio Edison Castelano, por sempre apoiarem as minhas escolhas, meus sogros Maria Luiza e Manoel Domingues, pela torcida e orações.

Aos amigos Helda Henriques e Addison Guimarães Lopes, pela acolhida, carinho, grandes incentivadores de meu retorno à vida acadêmica; à amiga e colaboradora Cleide Pereira de Souza, na ajuda com os cuidados da minha casa e família durante todo o meu percurso no mestrado;

À Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e à Fapemig.

Aos inesquecíveis colegas do PPGDS e à sua equipe de funcionários e docentes, em especial, às professoras doutoras Maria da Luz Alves Ferreira, Andrea Maria Narciso Rocha de Paula, pela motivação à seleção do mestrado, ainda enquanto era aluna especial de sua disciplina.

À professora doutora e primeira orientadora Simone Narciso Lessa, dona de uma cultura e de uma simplicidade ímpar, que muito me encorajou na escolha do tema e especialmente à minha estimada orientadora Anete Marília Pereira, quão generosa, atenciosa, responsável e prestativa para comigo com seu inesgotável apoio, presença e dedicação.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema principal as modernas formas de morar no período desenvolvimentista brasileiro, entre as décadas de 1930 a 1960. Neste período surgia o modernismo, um movimento que se caracterizou por promover mudanças na sociedade e cuja ideologia vincula-se à política desenvolvimentista. Partindo dessa premissa, esta pesquisa tem como objetivo analisar a arquitetura modernista brasileira associada ao desenvolvimentismo, no período citado, e sua aplicação nas novas formas de morar, principalmente nas moradias populares implementadas pelas políticas públicas de habitação. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, cujos procedimentos metodológicos se basearam em pesquisas bibliográfica, histórica, documental e iconográfica, tendo como universo as práticas de arquitetura modernista brasileira. O estudo realizado permite inferir que as formas arquitetônicas modernistas no Brasil são ao mesmo tempo expressão de uma nova forma de se viver e instrumento de poder do Estado. As formas arquitetônicas estão inseridas num contexto político, econômico, cultural e social; no modernismo, elas representam a materialização de um novo modo de se pensar o espaço, a sociedade, de se planejar e construir as moradias e, conseqüentemente, a transformação das cidades.

Palavras-chave: Arquitetura. Modernismo. Desenvolvimentismo. Moradia.

ABSTRACT

This dissertation has as main theme the modern forms of habitation in the Brazilian developmentalist period between the 1930s and 1960s. In this period the modernism arose, a movement that was characterized by promoting changes in society and whose ideology is linked to the developmentalist policy. From this premise, this research aims to analyze the Brazilian modernist architecture associated with developmentalism in the period mentioned above and its application in new forms of habitation, especially in low-income housing implemented by the public housing policy. This is a qualitative research whose methodological procedures were based on literature, history, documentary and iconographic research, having as universe the practices of Brazilian modernist architecture. The study allows us to infer that the modernist architectural forms in Brazil are at the same time the expression of a new way of living and instrument of state power. The architectural forms are inserted in a political, economic, cultural and social context, in modernism they represent the materialization of a new way of thinking about space and society, planning and building the houses and consequently the transformation of cities.

Keywords: Architecture. Modernism. Developmentalism. Habitation.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH: Banco Nacional da Habitação

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina

CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DF: Distrito Federal

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

EUA: Estados Unidos da América

FCP: Fundação Casa Popular

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FMI: Fundo Monetário Internacional

GATT: *General Agreement on Tariffs and Trade*

IAP: Instituto de Aposentadoria e Pensão

JK: Juscelino Kubistchek

MES: Ministério da Educação e Saúde

MOMA: *Museum of Modern Art* (Nova Iorque)

SFH: Sistema Financeiro de Habitação

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Ícones da design da Bauhaus.....	23
Figura 02 – Residência Villa Savoye de Le Corbusier.....	28
Figura 03 – Vista da varanda de Villa Savoye.....	28
Figura 04 – Villa Tugendhat – interior.....	29
Figura 05 – Villa Tugendhat – fachada.....	29
Figura 06 – O edifício Columbushaus.....	30
Figura 07 – Edifício do MÊS, atual Palácio Gustavo Capanema.....	37
Figura 08 – Detalhe dos pilotis e do painel artístico do edifício do MES.....	38
Figura09 – Detalhe dos brises e dos pilotis do edifício do MES.....	38
Figura 10 – Terraço jardim criado por Burle Marx no edifício do MES.....	39
Figura 11 – Vista interna do edifício do MES.....	39
Figura 12 – Fachada da primeira casa modernista do Brasil.....	41
Figura 13 - Interior da primeira casa modernista do Brasil.....	41
Figura 14 – Edifício Sede da ABI.....	52
Figura 15 – Vista externa do Palácio da Alvorada.....	58
Figura 16 – Vista interna do Palácio da Alvorada.....	59
Figura 17 – Detalhe do painel externo na fachada da Igreja da Pampulha.....	59
Figura 18 – Vista interna da Igreja da Pampulha.....	59
Figura 19 – Fachada da Igreja da Pampulha	60
Figura 20 – Detalhe da marquise da Casa de Baile do Complexo da Pampulha.....	61
Figura 21 – As metas do Plano de Metas do Governo JK.....	63
Figura 22– Conjunto Habitacional da Gamboa.....	69
Figura 23 – Vista aérea do Aterro do Flamengo.....	75
Figura 24 – Vista geral do Aterro do Flamengo.....	76
Figura 25 – Interior da Casa de Vidro.....	80
Figura 26 – Fachada da Casa de Vidro.....	80
Figura 27 – Vista interna da Casa de Vidro.....	81
Figura 28 – Detalhe interno da janela, pilar e jardim da Casa de Vidro.....	81
Figura 29 – Edifício Copan.....	82
Figura 30 – Edifício Esther.....	85
Figura 31 – Edifício Niemeyer.....	86

Figura 32 – Casa da elite da década de 1940.....	88
Figura 33 – Vista do andar intermediário do bloco principal de Pedregulho.....	93
Figura 34 – Vista da fachada do Conjunto de Pedregulho em sua inauguração.....	93
Figura 35 – Vista aérea do Conjunto Habitacional de Pedregulho.....	94
Figura 36 – Vista da fachada do bloco Principal, em 2010.....	94
Figura 37 – Bloco Habitacional de Pedregulho após a restauração em 2015.....	94
Figura 38 – Vista do bloco principal, ao fundo, e do ginásio de esportes, à frente....	95
Figura 39 – Vista do Bloco principal de Pedregulho após a restauração.....	95
Figura 40 – Vista do Conjunto Habitacional de Paquetá.....	98
Figura 41 – Detalhe externo das unidades habitacionais de Paquetá.....	98
Figura 42 – Área de lazer comum do Conjunto de Paquetá.....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: A ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS	18
1.1 A arquitetura, a função e a forma.....	18
1.2 O modernismo e a arquitetura modernista.....	19
1.3 Os Congressos Internacionais para a Arquitetura Moderna (CIAM) e a máquina de morar.....	24
1.4 Urbanismo moderno.....	30
1.5 A expressão da ideologia no espaço, paisagem e sociedade.....	32
1.6 A arquitetura modernista no Brasil.....	34
CAPÍTULO 2: DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS PARA UM BRASIL MODERNO	45
2.1 A arquitetura moderna e a política desenvolvimentista.....	49
2.2 A arquitetura modernista no Brasil nas décadas de 1930 a 1960.....	52
2.3 Planos e Programas governamentais de desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1960.....	61
2.4 Políticas públicas para habitação popular.....	64
CAPÍTULO 3: O MORAR BRASILEIRO E A ARQUITETURA MODERNA	70
3.1 Moradia / habitação.....	70
3.2 O paisagismo, a moradia e a cidade.....	74
3.3 A casa modernista brasileira dos anos 1930 aos 1960.....	78

3.4 A arquitetura moderna para habitação popular, classe média e elite.....	86
3.5 Conjuntos Habitacionais de Pedregulho e Paquetá.....	88
3.5.1 Pedregulho.....	89
3.5.1 Pedregulho.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

“É preciso dizer sempre o que se vê. E, o que é mais difícil, é preciso, sobretudo, sempre ver o que se vê.” (LE CORBUSIER, 1979, p. 7)

Um projeto sobre patrimônio arquitetônico no espaço da cidade foi a primeira ideia para fazer uma pesquisa e produzir uma dissertação. Entretanto, com o ingresso no curso do mestrado em Desenvolvimento Social, diante das novas informações e da abundância de novos conhecimentos adquiridos, pode-se perceber e descobrir quanto o desenvolvimento está intrínseco e relacionado em todos os aspectos da sociedade, inclusive na configuração do espaço urbano, na arquitetura e também nas formas de morar.

O que é importante e está sendo surpreendente neste trabalho de dissertação é (re)analisar os estudos arquitetônicos do espaço urbano com uma nova reflexão crítica do olhar do desenvolvimento social.

Foi assim que surgiu a motivação de partir para um novo tema, em que fosse possível estudar sobre as relações sociais que estão envolvidas no processo de construção do espaço, no desenvolvimento urbano, na arquitetura, nas práticas e nas formas de se morar e, foi no Brasil, no período das décadas de 1930 a 1960, que se encontrou o recorte espaço/temporal que pudesse exprimir essas relações, principalmente e, especialmente, na questão do morar.

Os modos de morar são criados e influenciados pelas relações de uma sociedade, as quais produzem o espaço. Portanto, este estudo trata de um tempo específico, muito importante na história brasileira: as décadas de 1930 a 1960. Como o espaço é socialmente produzido, uma nova forma de se pensar a arquitetura, o espaço edificado para abrigar as pessoas, o modo de construir (modernismo) veio transformar os modos de morar em toda a sociedade do pós-guerra. Juntamente com a transformação econômica, política e tecnológica da sociedade, transformaram-se também a forma de construir e os modos de morar, e uma das formas de se analisar a relação espaço/sociedade no período é através da arquitetura, que trazia uma nova ideologia de um ideal de se construir uma sociedade urbana.

O tema desta dissertação, portanto, procura discutir como a arquitetura modernista vem ocorrer no período desenvolvimentista no Brasil, nas décadas de 1930 a 1960, quando a transformação da sociedade que se sucedia buscava, com as políticas desenvolvimentistas, a industrialização, a urbanização e a modernização de um “novo” país. Nesse contexto, a arquitetura surge destacada, sendo uma expressão desse ideal, uma nova arquitetura sendo

instrumento do Estado como demonstração de sua busca pela modernização do país, pois era através das grandes obras arquitetônicas que dariam os instrumentos para que o Brasil do futuro tivesse independência e autonomia.

A arquitetura modernista construiu casas para a elite morar, para a classe média e para a classe baixa da sociedade, uma vez que os edifícios de habitação para a classe operária eram projetados pelos mesmos arquitetos, com sua filosofia modernista de projetar e construir, aplicando seus ideais na tentativa de transformação para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, pode-se perceber que, por trás dos edifícios construídos, existe a política, a economia, a sociedade e seu desenvolvimento. O desenvolvimento social está presente nas formas de morar no período estudado, principalmente porque há uma transformação da sociedade e das formas de morar através da arquitetura modernista, demonstrando que a arquitetura reflete as transformações pelas quais passam a sociedade.

Entendemos que a história do modernismo brasileiro possui vínculos com o desenvolvimentismo, uma vez que a arquitetura era um movimento de vanguarda contra a “arte pela arte” e a favor de uma obra coletiva pública, que demonstrasse funcionalidade, racionalidade, buscando a ruptura com o antigo para uma reintegração com a nova tecnologia, a renovação arquitetônica para uma nova sociedade industrial.

No período compreendido entre os anos de 1930 e 1960, acontecia no Brasil a política desenvolvimentista de aspirações modernas para que o país se desenvolvesse economicamente, e, por esse mesmo motivo, abre espaço ao novo modo de construir e de morar: a arquitetura modernista. Dessa maneira, pode-se fazer uma conexão entre as relações sociais e o espaço construído.

Além disso, nos anos de 1950, o modernismo foi popular no Brasil, representando também importante papel na cultura brasileira, principalmente na arquitetura, em que a evolução das condições econômicas e sociais transformou completamente o valor da habitação do homem.

O espírito de uma época é expressado pela arquitetura, a qual não poder ser analisada por condições isoladas, mas sim que seja contextualizada no conjunto da expressão da cultura de um povo. Sendo assim, devemos analisar o período da arquitetura modernista brasileira, cujo contexto sociopolítico cultural era do desenvolvimentismo, quando o Brasil passou por transformação, ou seja, neste ponto estará presente a articulação do desenvolvimento com o objeto escolhido, a arquitetura modernista e as formas de morar.

Várias questões formam a problemática levantada para a pesquisa, a saber: Quais as condições políticas e sociais contidas na arquitetura modernista brasileira? Que relações podem ser estabelecidas entre o advento da arquitetura moderna e o projeto desenvolvimentista brasileiro? Que relações existem entre a função, a forma e a estrutura arquitetônica? Qual a concepção de habitação social que permeia a arquitetura modernista no Brasil? Como o modernismo reinventou as formas de morar? Esta dissertação parte da hipótese de que há um discurso sociopolítico (ideológico) por trás da arquitetura modernista.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a arquitetura modernista brasileira associada ao desenvolvimentismo, no período de 1930 a 1960. A partir do tema proposto e das problemáticas a ele concernentes, esta dissertação tem como objetivos específicos: contextualizar a arquitetura modernista com todo o ambiente sociopolítico e cultural predominante no período escolhido; refletir sobre as condições e circunstâncias políticas e sociais sob as quais foram produzidas tais obras, a construção da imagem de um novo Brasil por meio da arquitetura; mostrar a arquitetura como protagonista, participante da formação do Brasil, tendo como pano de fundo as formas de morar. A relevância social desta pesquisa está em demonstrar como a arquitetura reflete o desenvolvimento da sociedade.

Quanto aos procedimentos metodológicos foram realizadas pesquisas bibliográfica, histórica, documental e iconográfica, tendo como universo as práticas de arquitetura modernista brasileira, no período de 1930 a 1960. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa. A linha de trabalho e o campo histórico foram da arquitetura modernista, tendo como pressupostos a historiografia de Le Corbusier, dentro da perspectiva dos projetos modernistas e da carta de Atenas. As pesquisas bibliográficas, as fontes iconográficas, o estudo sobre Le Corbusier e os documentos originais dos planos governamentais serão suas fontes primárias.

Para alcançar o objetivo geral foram realizadas pesquisas que identificassem no que a forma, a função e a estrutura da arquitetura modernista brasileira possibilitam compreendê-la como expressão da lógica sociopolítica no Brasil, nas décadas de 1930-1960; reflexão sobre a realidade por trás da aparência, ou seja, a ideologia desenvolvimentista, além de discussão sobre os desdobramentos sociais da arquitetura modernista através dos modos de morar.

Apesar de haver a articulação entre desenvolvimento e o objeto a ser estudado, os conceitos de desenvolvimento social não foram explicitados nem aprofundados neste trabalho, visto que se acredita que sua interpretação e significação se dão na perspectiva das relações

sociais e no processo de planos de desenvolvimento do país para sua industrialização, urbanização e modernização através de uma nova concepção arquitetônica.

Foi realizada uma análise dos dados das fontes bibliográficas e iconográficas na perspectiva dos autores, além de documentos originais e oficiais do governo para analisar e discutir a relação entre a arquitetura modernista (sua forma e função aplicadas nas obras públicas e de habitação) e a política desenvolvimentista na sociedade brasileira. Buscou-se analisar alguns edifícios da época com a finalidade de perceber como o modo de construir e de morar modernista possibilita identificar e compreender, à luz da teoria científica, as relações sociais e políticas que existem inclusas nesse processo; alguns dos edifícios escolhidos para esta análise são o ‘Conjunto Residencial Pedregulho’ (1946) e o ‘Conjunto Residencial Paquetá’ (1952).

As categorias e variáveis analisadas e discutidas nesta dissertação foram: a arquitetura modernista; moradia/habitação; urbanismo e desenvolvimentismo. Foram utilizados autores cujos conhecimentos podem ajudar a explicar a arquitetura modernista e as formas de morar, tais como Henri Lefebvre, Celso Furtado, Raquel Rolnik, Nabil Bonduki, Le Corbusier, Milton Santos, Manuel Castells, Giulio Carlo Argan, Ermínia Maricato, Paul Singer, Carlos A. C. Lemos, Leonardo Benévolo, Lauro P. Cavalcanti, Pierre Bourdieu, entre outros.

A partir do exposto, o texto final, resultante desta pesquisa, está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo trata especificamente da arquitetura e urbanismo modernos, faz um estudo da arte sobre o panorama da arquitetura modernista, partindo de conceitos arquitetônicos, a forma e a função dos espaços construídos. Para entender o modernismo como categoria, foi realizado um breve histórico de seu surgimento e significado para arquitetura, os elementos e os conceitos que compõem a arquitetura modernista, como os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna e a ‘máquina de morar’, os quais transformaram as formas de morar e as cidades. O urbanismo moderno também foi analisado, assim como foi demonstrada a expressão da ideologia no espaço, paisagem e sociedade e, especificamente a arquitetura modernista no Brasil.

No segundo capítulo foi abordada a questão do desenvolvimentismo e políticas para um Brasil moderno e a relação entre arquitetura moderna e a política desenvolvimentista analisando a casa modernista brasileira entre as décadas de 1930 e 1960 e suas principais obras. Foi discutido como no período analisado, por intermédio das políticas públicas estatais de desenvolvimento e modernização do país, a arquitetura modernista foi absorvida e

introduzida paulatinamente como expressão máxima do poder e materialização das políticas desenvolvimentistas. Tais políticas desenvolvimentistas foram analisadas através de pesquisa bibliográfica e dos planos e programas governamentais, principalmente as políticas públicas para habitação popular e como isso contribuiu na configuração das novas formas de morar, entre as décadas de 1930 e 1960.

O morar brasileiro foi discutido no terceiro e último capítulo. Por meio de sua relação com a arquitetura moderna, foram expostos os conceitos de moradia/habitação, a relação da moradia e a cidade, assim como o paisagismo moderno. Traz, especialmente, a casa modernista brasileira e as novas formas de morar no período citado, e como essa nova linguagem se relaciona e abrange tanto os edifícios públicos; as casas da elite dominante; as classes médias urbanas e principalmente os edifícios de habitação popular, utilizando como objetos de análise os conjuntos habitacionais de Pedregulho e Paquetá.

Após estes três capítulos, algumas considerações são relacionadas como conclusão da dissertação.

CAPÍTULO 1: A ARQUITETURA E URBANISMO MODERNOS

A arquitetura, tendo como matéria formas duráveis, apresenta de modo concreto em nossas cidades a produção da estética dominante, ou aquela por ela selecionada. (Cavalcanti, 2006, p.9).

Este capítulo trata das categorias analisadas nesta dissertação, como o modernismo, a arquitetura, a arquitetura modernista e sua expressão no Brasil, bem como algumas ideias sobre a forma, a máquina de morar e a urbanização, além de discutir teorias sobre a sociedade, paisagem e espaço.

1.1 A arquitetura, a função e a forma

A arquitetura pode ser classificada como arte social, pois, como explica um dos arquitetos modernistas brasileiros, Levi (2003, p.317), “envolve problemas de interesse imediato para a coletividade, com efeito, do desenho do móvel ao da cidade, ela abrange todos os problemas essenciais da vida do homem, individual e socialmente.”

Arquitetura seria, então, toda e qualquer intervenção no meio ambiente criando novos espaços, quase sempre com determinada intenção plástica, para atender a necessidades imediatas ou a expectativas programadas, e caracterizada por aquilo que chamamos de partido. Partido seria uma consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida. (LEMOS, 1994, pp. 40-41).

Para outro arquiteto modernista, Mies van der Rohe apud Lemos (1994, p.36), a arquitetura “é a vontade da época traduzida em espaço.”

As formas arquitetônicas são responsáveis por representarem a corrente ou o estilo seguido para aquela determinada obra, são os elementos que possibilitam o reconhecimento da função e também propiciam adequar a necessidade a função para qual foram construídas, além de expressarem o espírito da época em que foram construídas.

O arquiteto Alvar Alto apud Underwood (2010, p.107) discorreu a respeito da forma: “é um mistério que escapa à definição, mas que faz o homem sentir-se bem de uma maneira completamente diferente daquela propiciada pela ajuda social.”

A respeito desse assunto, o grande arquiteto moderno brasileiro Oscar Niemeyer considera:

A forma evoluiu na arquitetura em função das novas técnicas e dos novos materiais que lhe dão aspectos diferentes e inovadores. Primeiro foram as formas robustas que as construções em pedra e argila obrigavam; depois, surgiram as abóbodas, os arcos e as ogivas, os vãos imensos, as formas livres e inesperadas que o concreto permite. (NIEMEYER, 2003, p.141).

Assim como Niemeyer justificou que as formas arquitetônicas podem se transformar de acordo com a evolução da ciência, da técnica e da mudança de materiais, as formas dependem também das funções a que as edificações se destinam. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da sociedade, as necessidades vão se transformando e, conseqüentemente, as funções e as formas também acompanham essas transformações. A funcionalidade, mais do que a beleza plástica, foi a característica mais apregoada pelos arquitetos modernos para seus projetos.

1.2 O modernismo e a arquitetura modernista

A arquitetura se manifesta, ao longo do tempo, de acordo com as transformações da sociedade de várias maneiras, e uma dessas foi o modernismo. O modernismo foi um movimento cultural ocorrido nas primeiras décadas do século XX que compreendeu as artes: música, literatura, design, pintura, escultura, teatro e a arquitetura.

Pode-se dizer que a arquitetura moderna inserida no contexto artístico e cultural do modernismo foi produzida no início do século XX, sobretudo entre as décadas de 20 e 50, rejeitando os movimentos e estilos anteriores, como o ecletismo, rompendo os padrões antigos e propondo uma renovação arquitetônica, utilizando novos materiais, e revolução no desenho, na construção e nas formas de se ocupar o espaço, de se morar, de se viver, exaltando a função.

A implantação dessa arquitetura unida aos ideais modernos das políticas desencadeava, assim tal qual nos espaços construídos, a modernização dos homens, modernizando os hábitos, os modos de vida, as cidades.

Nas palavras do historiador de arte italiano Giulio Carlo Argan, a arte moderna e o modernismo podem ser assim definidos:

"Arte Moderna" não significa arte contemporânea, ou então arte do nosso século ou dos nossos dias. Há um período, ao qual atualmente nos referimos como o das "fontes do século XX", em que se pensou que a arte, para ser arte, deveria ser moderna, ou seja, refletir as características e as exigências de uma cultura conscientemente preocupada com o próprio progresso, desejosa de afastar-se de todas as tradições, voltada para a superação contínua de suas próprias conquistas. A arte deste período é também conhecida como "modernista" – programaticamente moderna e, portanto, consciente da necessidade de desenvolver-se em novas direções, com frequência contraditórias em relação às anteriores. O ponto de ruptura

na tradição artística é representado pelo impressionismo: o movimento moderno na arte europeia começa quando se percebe que o impressionismo mudou radicalmente as premissas, as condições e as finalidades do trabalho artístico. (ARGAN, 1987, pp. 49-50).

No período entre guerras, o modernismo assumiu uma tendência positivista, com uma filosofia de positivismo lógico, em que a ciência tinha o controle da técnica. Como cita Harvey (2005), foi nesse período que houve uma liberdade de criação para se projetar e construir casas e cidades como as “máquinas de viver”. Foi justamente nesse período que ocorreu o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), no qual foi elaborada a Carta de Atenas, em 1933, documento que acabou por definir o papel da arquitetura modernista no mundo.¹

Os arquitetos modernistas buscavam soluções racionais e novas técnicas industriais para a estabilização da sociedade no pós-guerra por meio do planejamento urbano e da arquitetura, utilizando espaços e perspectivas maciças, a uniformidade e as linhas retas.

Para Harvey (2005, p. 69), “os modernistas veem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais, e, portanto, sempre subserviente a construção de um projeto social.” Outro autor que confirma essa análise é Kopp (1990, p. 14), quando afirma:

Os arquitetos, os urbanistas, os críticos, os sociólogos, os economistas (...) são aqueles para quem a arquitetura moderna não era apenas termos depurados e técnicas contemporâneas, mas também e, sobretudo, a tentativa de participar, ao nível da construção do ambiente, na transformação da sociedade.

A arquitetura modernista nasceu num momento de sucessivas transformações sociais, num momento de ruptura com a sociedade anterior. Para Bardi (2003, p. 271.), “a arquitetura moderna tinha um fim: a salvação do homem através da arquitetura.” Era parte de um movimento para frente, despida literalmente de todo o ancestral; além disso, apropriou-se da liberdade do modernismo para criar o bem estar nos edifícios claros, brancos, abertos a paisagem exterior, uma casa saudável, oferecia luz, a liberdade da convivência, próprios para uma sociedade de pós-guerra.

Os arquitetos modernistas buscavam romper com a estética do passado, como os ornamentos e as formas tradicionais. Para isso, utilizavam o racionalismo e o funcionalismo, ou seja, a forma existia para atender a função; procuravam também integrar a arquitetura com a paisagem e com as outras artes plásticas, como a pintura e a escultura.

¹*Modernista* indica o **estilo** de arquitetura e foi utilizado para se referir às artes de modo geral; já os termos *moderno* e *modernidade* remetem à *época*. Nesta dissertação, a arquitetura tratada como moderna é usada por sua conotação simbólica de arquitetura da época moderna.

No ensino da arquitetura, os alunos já não faziam mais cópias de modelos prontos, mas tinham a liberdade da criação. Paulatinamente, a arquitetura foi-se transformando, as fachadas das casas foram ficando sem beiras, sem frontões, sem guarnições, uma construção mais limpa, sem ornamento. Nos pavimentos superiores começavam a surgir as lajes em balanço, as plantas eram livres, inspirados nos ensinamentos de arquitetura moderna do mestre Le Corbusier e, assim, conseqüentemente, a paisagem da cidade transformava-se também.

Le Corbusier e Mies van der Rohe, precursores do movimento de arquitetura moderna na Europa, projetavam a reconstrução e renovação urbanas de cidades arrasadas pela guerra com inclusão dos novos materiais e novas técnicas, transformando os modos de morar e de viver na cidade: “a revolução arquitetônica, com a intervenção do vidro, do aço, e do concreto armado, permitiu as soluções necessárias” (LE CORBUSIER, 1979, p. 28) e, ainda, “a casa não se apoia mais sobre paredes, mas sobre pilares (menos de um milésimo da superfície coberta)” (LE CORBUSIER, 1979, p. 28).

Sobre essa transformação dos modos de morar pelos arquitetos modernistas no pós-guerra, Tramontano considera:

O Movimento Moderno europeu do entre guerras constituiu o primeiro e único momento em toda a história da arquitetura em que o desenho e a produção de espaços de morar foram integralmente revistos, analisados de acordo com critérios claramente formulados, cujos resultados nortearam – e ainda norteiam – boa parcela de projetos de Habitação em todo o mundo ocidentalizado. Além disso, tais análises incluíram o projeto da habitação social entre as atribuições do arquiteto, o que, por si, já seria suficiente para assegurar-lhe importância. No entanto, os arquitetos modernos previram uma habitação prototípica, que correspondia a um homem, a uma cidade, a uma paisagem igualmente prototípicas em sua formulação. Criaram um arquétipo, o da habitação-para-todos, ainda que a abrangência das proposições que ele continha tenha sido gradativamente desconsiderada pela lógica técnico-financeira dos empresários da construção, que preferiram apropriar-se apenas de elementos e conceituações economicamente rentáveis (TRAMONTANO, 1997, p.1).

Com isso, nota-se a importância do movimento modernista apropriando-se dos novos materiais e técnicas para a transformação das formas arquitetônicas que sugerem uma transformação nos modos de viver, de morar, uma renovação dos hábitos humanos e da sociedade. Um dos precursores desse movimento no Brasil foi Le Corbusier.

Le Corbusier (1887-1965) chamava-se Charles-Édouard Jeanneret, nasceu na Suíça, e foi o responsável pela sistematização e organização das cidades conforme suas funções, a racionalização do *habitat* coletivo. Para ele, não se dissocia arquitetura e

urbanismo, pois, quando se pratica uma arquitetura nova, ela somente tem sentido numa cidade também moderna (exemplo de Brasília, que segue esses preceitos).

Em seus livros, Corbusier faz uma crítica ao caos da desordem das cidades, onde haveria de repudiar os velhos traçados, a falta de segurança dos habitantes, a cidade industrial moderna que deixou de ser natural, a falta de humanidade que prejudica os cidadãos, e defende a utilização de materiais industrializados, como aço, vidro e cimento armado para solucionar esses problemas modernos e promover uma revolução na arquitetura, principalmente no sentido de preservar o solo – as casas seriam apoiadas sobre pilares, não mais no solo, e a cobertura, por sua vez, também ofereceria outra opção de ‘solo’ ou jardim.

Corbusier veio ao Brasil algumas vezes (a primeira em 1929) e foi a principal referência dos jovens arquitetos da época, os quais se tornaram a primeira geração de modernistas brasileiros que imprimiram em seus projetos e obras os ensinamentos e a nova linguagem ensinada pelo mestre. Nas conferências proferidas em suas visitas, ele discursava sobre arquitetura moderna, cidade, transformações da técnica e da sociedade. As publicações advindas das palestras propagavam a doutrina moderna, influenciando, assim, a direção da arquitetura modernista do Brasil.

No estudo sobre arquitetura modernista é importante lembrar a Bauhaus, que foi uma escola de design, artes plásticas e arquitetura na Alemanha, fundada por Walter Gropius, em 1919², sendo uma importante expressão mundial do modernismo. O Brasil recebeu suas influências, principalmente em relação à Brasília (plano piloto, os edifícios residenciais), que foi criada com elementos modernos, racionalistas e funcionalistas como pregava o bauhasianismo.

Walter Gropius, em sua proposta para a Bauhaus, recomendava uma dimensão estética social e política, sua intenção era de formar artistas pensadores de acordo com um ideal de sociedade democrática, possibilitando um contato com a nova sociedade urbano-industrial moderna e seus meios de produção, ou seja, aproximar arte e indústria. Segundo Strickland (2003), a Bauhaus pesquisou o uso de novos materiais industriais, como o aço o vidro, o concreto, e sua aplicação funcional nas edificações, que, em sua maioria, possuíam formas cúbicas e cores primárias. O método da Bauhaus era de se construir casas eficientes e acessíveis para trabalhadores, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da igualdade da sociedade.

²A Bauhaus foi fechada em 1933, por causa dos nazistas.

Além disso, na Bauhaus, surgiram algumas obras de design de artistas hoje consagrados que se destacaram no período modernista, colaborando para transformar também o interior das habitações e as novas formas de morar. Pode-se observar que são muito valorizadas e utilizadas até os dias atuais, como as poltronas desenhadas pelos designers e arquitetos modernistas da Bauhaus, mostradas na figura 1.

Figura 01 – Ícones³ do design da Bauhaus



Chaise Lounge de Le Corbusier – criação: 1929



Poltrona Barcelona de Mies van der Rohe, de 1929



Poltrona Swan de Arne Jacobsen, de 1958

Fonte: <https://herbertesteves.wordpress.com/novo-design/> Acesso em dez. 2015.

³Entende-se por ícone: algo ou alguém que se distingue ou simboliza determinada época, cultura, área do conhecimento.

Além da Bauhaus, os Congressos Internacionais para a Arquitetura Moderna (CIAM) foram muito importantes nas discussões sobre a nova linguagem moderna e para a sua difusão.

1.3 Os Congressos Internacionais para a Arquitetura Moderna (CIAM) e a máquina de morar

O concurso para a Liga das Nações e a Exposição de Stuttgart mostrou que diversos arquitetos, em vários países da Europa, estavam trabalhando com métodos similares e, em 1928, o castelo de La Sarraz, na Suíça, sediou o primeiro Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM). Surge uma associação entre esses arquitetos, os quais identificaram os problemas em comum que os atingiam e, assim, juntos, buscavam soluções.

Esses arquitetos afirmavam que a arquitetura deveria ter um novo conceito para se adequar às novas exigências materiais e espirituais da vida, pois o maquinismo havia produzido profundas perturbações, e a arquitetura deveria corresponder às transformações da estrutura econômica e social, transformando-se também. Acreditavam que a verdadeira vocação da arquitetura era econômica e sociológica e o Estado deveria trabalhar a serviço do ser humano. A declaração final desse primeiro congresso concluiu, segundo Le Corbusier, que o urbanismo deveria ser funcional e era interesse dos arquitetos também trabalharem para a sociedade moderna, sendo que o ensino da arquitetura deveria ser transformado.

Le Corbusier tinha a ilusão de que poderia utilizar o poder público para executar certos programas, porém outros nomes importantes da arquitetura modernista mundial, como Gropius e Mies Van der Rohe, que tinham mais experiência nas relações com o Estado, sabiam que o que podiam fazer, de fato, era apresentar as propostas aos sistemas governamentais vigentes e o Estado – que detinha o poder – decidiria acatar ou não.

O congresso CIAM foi muito importante para a criação de conceitos únicos acerca de uma arquitetura que necessitava interpretar as transformações do seu tempo, além de conseguir difundir para muitos outros países das mais diferentes culturas e momentos políticos e sociais, tais como Brasil, Japão e Israel. Já nos anos de 1930, as propostas dos arquitetos modernos conseguiam atingir muitos outros arquitetos espalhados pelo mundo. A arquitetura moderna, portanto, atingiu seu auge na Alemanha, em maior grau, e em muitos outros países, conforme citado anteriormente.

O 4º CIAM do grupo dos arquitetos modernistas foi realizado em 1933, num cruzeiro, que foi de Marselha a Atenas, em que foram analisadas 33 experiências urbanas em cidades diferentes. Os arquitetos comprovaram a desordem das cidades, mas somente no ano de 1941 foi impresso um documento de autoria de Le Corbusier com nome de Carta de Atenas, em que se relatou o acontecido. Esse documento foi muito importante, pois culminou, em 1943, na França e também na Itália, com a primeira lei urbanística, que propõe uma cidade que funcione para todos. A carta de Atenas, do CIAM, proclama: “as matérias-primas do urbanismo são o sol, o espaço, o verde. Ela manifesta assim o desejo do CIAM de reintroduzir, na existência dos homens, as condições da natureza, abandonadas, perdidas, esquecidas.” (LE CORBUSIER, 1979, p. 72).

Benévolo (2001) cita esta Carta e chega à conclusão de que as cidades estavam desordenadas e não satisfaziam as necessidades de seus habitantes, e a influência dos interesses particulares determinava a quebra do equilíbrio. A pressão de forças econômicas, a fraqueza do administrativo e a falta de solidariedade social prejudicavam a ordem e a funcionalidade das cidades.

A Carta de Atenas propõe novos modelos de moradias, de conjuntos residenciais, bairros, de cidades. Algumas funções básicas urbanas disseminadas por Le Corbusier: morar, trabalhar, recrear e circular. Percebe-se como essa última ainda é atual, por estar presente na pauta das discussões sobre mobilidade urbana e das políticas públicas para uma cidade democrática e inclusiva. Nesse ciclo de funções urbanas, considerava-se a moradia como o centro das preocupações e, como ponto de partida de toda avaliação, percebeu-se a necessidade de que cada cidade estabelecesse seu programa – o que podemos denominar atualmente de um plano diretor. Além disso, a Carta de Atenas, entre outros ítems, pregou sobre o patrimônio histórico das cidades e a separação de áreas residenciais, de lazer e trabalho, setorizando as áreas e realizando um planejamento de uso do solo.

Os arquitetos modernos do CIAM viram o problema da concentração fundiária e a necessidade de que o interesse privado fosse subordinado ao interesse público. Le Corbusier expressa a relação entre arquitetura, urbanismo e as recomendações da Carta de Atenas para com a sociedade:

Habitar, trabalhar, cuidar de seu corpo ou deixá-lo no abandono. Parece natural que uma sociedade tente a aventura positiva, rejeitando as causas que levariam a aventura negativa. Essas causas, em grande parte, dizem respeito ao campo da arquitetura e do urbanismo: alojamento dos seres, coisas e funções. Distribuição do tempo, presença ou ausência de dispositivos provocadores de ações úteis ou estéreis. (LE CORBUSIER, 1979, p.72).

O exposto acima é relativo às principais determinações da Carta de Atenas, que estabelece como ideal um urbanismo moderno, que possua como modelo uma cidade moderna planejada, funcional, com espaços ordenados e definidos para a habitação, o trabalho, o lazer e a circulação. Enfim, a Carta de Atenas consolidou-se como documento sobre teoria e metodologia de planejamento urbano, sendo algumas de suas resoluções colocadas em prática, influenciando modelos arquitetônicos e urbanísticos, e outras sendo utilizadas até os dias atuais, como na formulação de planejamento regional, planos diretores municipais, em que se faz o uso dos zoneamentos de funções urbanísticas, concentração de equipamentos coletivos, valorização de áreas verdes.

Warchavchik (2003), outro arquiteto importante para a arquitetura modernista no Brasil, afirma que o arquiteto deveria se preocupar em construir uma casa cômoda e barata, pois a questão da economia era importante num sistema de capitalismo iniciante, as plantas e fachadas deveriam ser racionais, como se fosse uma máquina, o arquiteto deveria trabalhar como o pintor e o poeta modernos, conhecendo todas as camadas da sociedade, viver e privilegiar a sua época vigente.

Nesse contexto de transformação social a partir da máquina, houve necessidade da arquitetura e do urbanismo se adaptar a uma nova realidade. Le Corbusier foi além e defendeu que a casa fosse uma “máquina de morar”. Sobre a apologia à máquina, Le Corbusier afirma:

A máquina é um acontecimento tão capital dentro da história humana que nos é permitido destinar-lhe um papel de condicionamento da mente (...) a máquina não opõe uma raça a outra, mas um mundo novo a um mundo antigo, na unanimidade de todas as raças. (LE CORBUSIER apud CHOAY, 2005, p. 186).

Le Corbusier via a necessidade de estudar a célula humana, a que responderia por circunstâncias fisiológicas e sentimentais, em que haveria de desaparecer concepções como “meu teto”, pois, com a modernidade, na era industrial, da máquina, o trabalho se desloca, portanto, a casa poderia ser revendida ou realugada.

A casa, sendo uma máquina de morar, estava integrada a um sistema urbanístico ideal, em que haveria circulação moderna, resolvida pelo sistema das sete vias de circulação, as regras das ‘7 v’, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1948. Além disso, a geometria seria característica *sinequanon* desse novo cenário urbano, os planos urbanísticos contariam com boa circulação, distribuição, ordem, eficiência, como deve ser um mundo industrial moderno. Os espaços utilizados anteriormente nas ruas haveriam de se transpor para um terraço jardim sobre os edifícios, concepção que para Corbusier é mais econômica e mais saudável. Em relação ao

urbanismo, segundo o mestre Le Corbusier, exige a uniformidade no detalhe e movimento no conjunto.

Além desses parâmetros descritos por Le Corbusier, ele considerava muito importante o espaço verde, pois a natureza deveria ser respeitada, a cidade deveria ser concebida como um grande parque e a aglomeração urbana tratada como cidade verde, os imóveis surgiriam por trás do rendado verde das árvores, formando assim um ajuste com a natureza.

Oscar Niemeyer considerava que toda a arquitetura contemporânea se baseava nas obras de Le Corbusier, diante da recomendação de que deve haver sentido humano no urbanismo, deve haver a compreensão clara e justa da vida. Para Niemeyer, o conjunto de conhecimentos e qualidades de Corbusier determinou as características básicas da nova arquitetura frente à técnica moderna, pois seus princípios no aspecto de ser artista, técnico e sociólogo atingiram todos os arquitetos do mundo.

Sobre a implantação dos edifícios modernos no espaço urbano, defendidos por de Le Corbusier, Niemeyer (2003, p.332) comentou que foram traçados sobre uma premissa de igualdade e justiça; as habitações seriam blocos coletivos, “suspensos em colinas, cercados de parques e jardins, providos de escola, creches, clubes, cinemas, mercados, etc.”. Nos apartamentos, os habitantes não ficariam confinados, pois suas janelas seriam grandes painéis de vidro por onde contemplariam mar e montanhas, “não veriam prédios vizinhos, nem ruas estreitas, nem barulho infernal que impediam a recuperação das energias que o trabalho diário solicita”. (NIEMEYER, 2003, p.332).

Além disso, grandes espaços livres separariam as habitações, de modo que tivessem contato direto com a natureza – uma exigência da vida moderna. Sendo assim, toda cidade poderia ser mais humana e mais feliz. Niemeyer conclui que esses ensinamentos são dádivas de Corbusier e que, pela insensibilidade e incompreensão de certos homens, não poderiam ser aproveitados. Entretanto, observa-se que Brasília e suas superquadras foram uma tentativa de aplicabilidade dos conceitos pregados por Le Corbusier, assim como Pedregulho e outros projetos tratados nesta dissertação.

Somekh assim relaciona este movimento moderno com o CIAM e a máquina de morar de Corbusier:

O modernismo do período entre guerras assume uma forte tendência positivista, que se desenvolve e cristaliza depois da 2ª. Guerra mundial. O positivismo lógico era tão compatível com as práticas da arquitetura modernista quanto com o avanço de todas as formas de ciências. Foi esse período em que as casas e as cidades puderam ser livremente concebidas como “máquinas de morar”. Nesses anos também, o congresso internacional de arquitetura moderna – CIAM – se reuniu para dotar a

celebrada carta de Atenas de 1933, documento que nos trinta anos seguintes iria marcar significadamente não só o objeto da prática arquitetônica modernista, como o urbanismo, através do zoneamento funcional. (SOMEKH, 1997, p. 38).

Benévolo (2001) cita três obras que se tornaram referência para o debate em torno do movimento moderno: a Villa Savoye, em Passy, de Le Corbusier; a Villa Tugendhat, em Brno, de Mies van der Rohe; o Columbushaus, em Berlim, de Mendelsohn. As figuras 02, 03, 04 e 05 mostram essas importantes obras da arquitetura moderna.

Figura 02 – Residência “Villa Savoye” de Le Corbusier



Fonte: <www.fondationlecorbusier.fr> Acesso em dez. 2015.

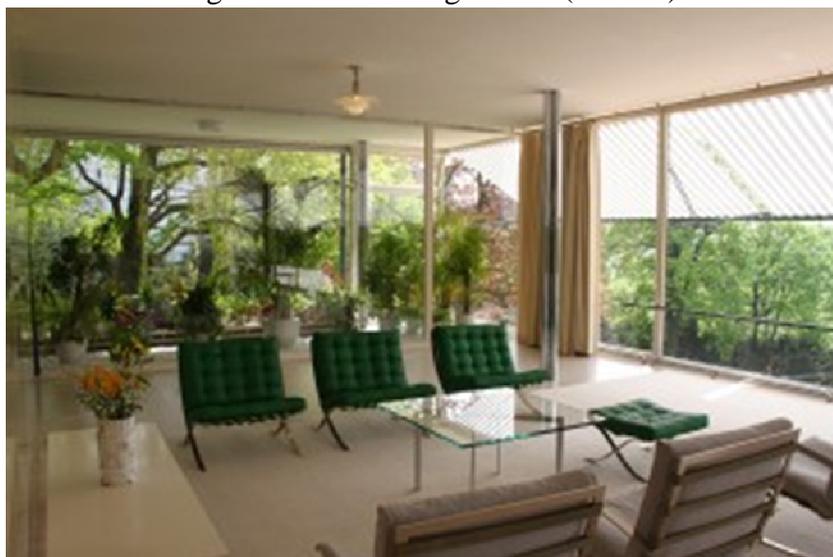
Figura 03 – Vista da varanda da Villa Savoye



Fonte: <<http://misfitsarchitecture.com/tag/villa-savoye-structure/>> Acesso em dez. 2015.

As figuras 02 e 03 referem-se à Villa Savoye, uma residência projetada e construída entre 1928-29, em Poissy, na região parisiense. É uma obra importante, pois nela são aplicados, integralmente, os ‘cinco pontos para uma nova arquitetura’ pregados pelo seu idealizador Le Corbusier: pilotis, terraço jardim, planta livre, fachada livre e janelas em fita.

Figura 04 – Villa Tugendhat (interior)



Fonte: <<http://travel.prwave.ro/villa-tugendhat-in-brno-a-unesco-world-heritage-site/>> Acesso em dez. 2015.

Figura 05 – Villa Tugendhat (fachada)



Fonte: <<http://whc.unesco.org/en/list/1052/gallery/>> Acesso em dez. 2015.

As figuras 04 e 05 são da casa Villa Tugendhat, citada por Benévolo, de autoria do arquiteto Ludwig Mies van der Rohe, construída em 1930, em Brno (República Tcheca). Possui sistema construtivo de esqueleto de aço, é considerada pela UNESCO exemplo do estilo internacional na arquitetura moderna que foi desenvolvida na Europa nos anos de 1920.

A figura 06 refere-se ao Columbushaus – ou casa Colombo – construída entre os anos de 1930 e 1932, em Potsdamer, Berlim. Com a função de abrigar escritórios e lojas, foi projetado por Erich Mendelsohn e representou muito o modernismo progressista.

Figura 06 – O edifício Columbushaus



Fonte: <www.fondationlecorbusier.fr> Acesso em dez. 2015.

As figuras elencadas são demonstrações do que sugeria a arquitetura modernista, construtivamente falando. Apesar de terem funções diferentes, duas residenciais e uma comercial, elas aplicam as características mais importantes dos edifícios modernistas. Essas obras, do começo do século XX, foram uma revolução nas formas de se pensar, projetar, construir e morar.

1.4 Urbanismo moderno

A arquitetura relaciona-se diretamente com a cidade, pois “assim como a pintura é figurativa, a arquitetura é por excelência representativa. Na cidade, todos os edifícios, sem exclusão de nenhum, são representativos e, com frequência, representam as más formações, as contradições, as vergonhas da comunidade.” (ARGAN, 2005, p. 243).

Em outras palavras, a arquitetura tem uma representação no espaço da cidade e, assim sendo, torna-se sistema de informação, revelando, por meio das formas, características históricas e políticas, como exemplo, a cidade de Brasília, onde as construções com uma nova estética moderna significavam uma renovação política. Porém, nem sempre os significados são positivos, haja vista os problemas urbanos que acometem as cidades desde o período desenvolvimentista até os dias atuais, como a insuficiência de serviços sociais, o *déficit* habitacional, a especulação imobiliária, entre outros desencadeados pelo modo de produção capitalista, o qual é refletido na paisagem urbana por meio da arquitetura, que revela as desigualdades sociais do sistema simbolizado pelas desiguais formas de se construir e de se morar.

Não se pode tratar a arquitetura e as formas de morar sem reconhecer a importância e da relação destas com o espaço urbano. Para Argan (2005, p.225), “o urbanismo como disciplina visa interpretar, estabelecer, reorganizar e finalmente programar para o futuro a conformação da cidade”. Além disso, para esse mesmo autor: “[...] que o urbanismo é, em substância, programação e projeto, não podemos contestar. Que o projeto se baseia num complexo de dados estéticos, sociológicos, econômicos, políticos, científicos, tecnológico, é evidente.” (ARGAN, 2005, p. 226).

Resumidamente, o arquiteto Argan (2005, p. 233) sugere que o urbanismo seja “a ciência da administração dos valores urbanos”. Porém, ele prioriza que essa administração deve relevar os interesses comuns da sociedade, pois elementos urbanos, além de possuírem valores econômicos, possuem também valores estéticos, históricos, morais, da memória coletiva, que têm de ser levados em conta.

Somekh (1997, p. 33) explica que o “urbanismo moderno vai além, por surgir na cidade industrial, especificamente para enfrentar os problemas sociais, que se confundem com as questões urbanas. Em seu discurso, a cidade é o objeto principal e sua essência, as questões sociais.”

Pode-se perceber com o discurso desses autores que o urbanismo, além de planejar formalmente as cidades, torna-se importante para o desenvolvimento da sociedade, e a maneira como os edifícios estão inseridos nesse espaço urbano configuram a paisagem urbana e demonstram o contexto histórico, social, político e econômico no qual foram constituídos.

Le Corbusier defende a relação do urbanismo com a sociedade, pois ele acredita que “o urbanismo é a expressão da vida de uma sociedade, manifestada nas obras do domínio

edificado. Ele é, portanto, o espelho de uma civilização.” (LE CORBUSIER, 1979, p. 76). Na visão desse autor, o espaço urbano edificado e as obras que dele fazem parte são o reflexo da sociedade.

Para Le Corbusier, o cidadão teria na arquitetura e no urbanismo seus direitos ao lazer e descanso garantidos. As casas seriam constituídas de painéis de vidros abertos para a natureza e as habitações seriam separadas entre si por grandes espaços livres; as belezas naturais seriam protegidas e os monumentos da cidade realçados por um plano de urbanismo correto, contra o qual se anulariam interesses subalternos.

1.5 A expressão da ideologia no espaço, paisagem e sociedade

O que pode ser observado no período desenvolvimentista estudado é que a paisagem urbana se transforma, pois as técnicas e o modo de construir também se transformam com o passar do tempo. A paisagem e o espaço, porém, não possuem o mesmo significado, sendo que a paisagem pode ser definida como “o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica. (...) A paisagem é o nosso horizonte, estejamos onde estivermos” (SANTOS, 2008, p. 84). Nela se instalam os objetos que se materializam num certo momento da história da sociedade. O espaço, na definição de Santos (2008), significa “o resultado da união entre paisagem e sociedade”, contém movimento; portanto, paisagem e espaço “são um par dialético. Complementem-se e se opõem” (SANTOS, 2008, p. 79). Ainda na visão de Santos (2008), é demonstrada a relação entre paisagem, espaço e sociedade:

Todos os espaços são geográficos porque determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. (SANTOS, 2008, p.67).

Além dessa consideração de Santos, Harvey também comenta sobre a relação entre espaço e sociedade:

O domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais, a fim de exercerem um maior grau de controle quer sobre a fricção da distância ou sobre a forma pela qual o espaço é apropriado por eles mesmos ou por outros. (HARVEY, 2005, p. 202).

Assim como o espaço urbano reflete as dinâmicas sociais, as formas arquitetônicas também são carregadas de valores e símbolos, expressando ideologia. O

moderno não deixa de ser uma ideologia na questão das políticas que buscavam essa característica para o desenvolvimento do Brasil, entre 1930 e 1960. A realização da ideologia refere-se a um processo social. Castells (2000, p.307) explica que “existe um simbólico urbano a partir da utilização das formas espaciais, como emissores, transmissores e receptores das práticas ideológicas gerais.”

Na citação abaixo, Cavalcanti demonstra como as formas construídas na cidade tendem a ser tão naturais aos olhos dos cidadãos que eles nem sequer contestam suas características, origens, contexto, em que podem indiretamente e simbolicamente expressarem uma ideologia, relações sociais, políticas, econômicas de determinado período histórico.

O reconhecimento desse domínio é colhido no cotidiano das pessoas, que perceberam as suas formas através de princípios de internalização, tendendo a naturalizá-las como partes de uma paisagem urbana preexistente: prédios, estilos, cores, texturas são incorporados como formas já dadas sem questionamento de seus mecanismos de implantação. (CAVALCANTI, 2006, p. 9).

Sendo assim, é importante a descoberta das políticas, dos ideais que constituíram as formas de morar no período desenvolvimentista e o símbolo que essas obras carregam, apesar de não serem diretamente assim associadas e/ou questionadas pela população em geral. Sobre esse assunto, Bourdieu (1989, p. 10) assim explica: “as ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo.”

Gist; Halbert (1961) concordam com Castells (2000) sobre os símbolos da cidade e sua relação com a sociedade, como no exemplo das casas, que conforme suas formas, representam e simbolizam oposição social dos habitantes:

Em qualquer cidade, grande ou pequena, há inúmeros critérios e símbolos pelos quais são avaliadas e estabelecidas posições sociais de seus habitantes. Vê-se logo que uns vivem em mansões e outros em míseras moradias; outros ainda habitam atraentes bangalôs ou apartamentos abarrotados. (GIST; HALBERT, 1961, p. 395).

Outro exemplo do poder simbólico da arquitetura que influencia na sociedade, descrito por Gist; Halbert (1961, p. 231):

Na Alemanha houve uma corrida contra a arquitetura grandiosa, militarista do terceiro Reich, a maioria dos arquitetos havia servido como oficiais nas forças armadas, e por este motivo queriam construções isentas de qualquer associação política. A arquitetura é, porém, de muitas maneiras, prescritiva e determinista, ela nos condiciona como morar, emergiria de imediato a infinita variedade dos valores simbólicos que os dados visuais do contexto urbano podem assumir em cada um de seus habitantes.

A partir da afirmação citada acima, considera-se que a arquitetura é representativa e pode ocorrer de diversas formas, em diferentes lugares. No Brasil, no período entre as décadas de 1930 a 1960, percebe-se que a arquitetura e urbanismo modernos representaram as ideias da política desenvolvimentista e foram consolidados pelos interesses de transformação nas formas de se projetar os edifícios e na configuração da paisagem da cidade.

1.6 A arquitetura modernista no Brasil

A partir do significado de arquitetura, o entendimento do movimento moderno e da arquitetura modernista, através de Le Corbusier, será feito um estudo da arquitetura modernista brasileira, pois o movimento moderno, na arquitetura, indiretamente, estava inserido em um movimento mais amplo: o movimento modernista, como já foi visto no primeiro capítulo, o qual, no Brasil, buscava pensar o país e novas formas para sua construção, ou seja, conceber uma identidade nacional, transformando a paisagem urbana e os modos de morar, principalmente no período entre as décadas de 30 e 60 do século XX.

O modernismo foi introduzido no Brasil com a imigração, com a visita de europeus e com o retorno de brasileiros que estudaram na Europa, não obstante pela nova geração de arquitetos mais jovens que ficaram entusiasmados com o novo estilo.

O movimento moderno e seus preceitos expostos na Semana de Arte Moderna, na arquitetura e urbanismo, nas ideias dos CIAM e nas experiências de habitação na Europa foram difundidos no Brasil. Sobre a Semana de Arte Moderna, no Brasil, que introduz o modernismo no país, sabe-se que ocorreu em São Paulo, no ano de 1922, quando foi comemorado o Centenário da Independência, que exaltava os sentimentos de nacionalismo que começara a despertar durante a Guerra de 1914.

Em 1925, houve outro acontecimento que contribuiu para o nascimento da arquitetura modernista no Brasil: o arquiteto russo Gregori Warchavchik (1896-1972) publicou um Manifesto da Arquitetura Funcional, inspirado nos ensinamentos de Le Corbusier; este mesmo arquiteto foi quem projetou a primeira casa modernista no Brasil, em 1929, na cidade de São Paulo.⁴

Até o começo da década de 1930, existia um estilo arquitetônico dominante que era o neocolonial e este começava a entrar em conflito com o novo estilo modernista. O modernismo, apesar de ser o diferente, conseguiu se impor e ter êxito devido ao Estado, que

⁴Esta obra pode ser vista nas figuras 12 e 13.

foi responsável por várias obras que utilizaram esta nova linguagem arquitetônica para simbolizar o progresso e a modernidade.

O movimento moderno conseguiu atingir e perpetuar seus efeitos em todos os países do mundo até o início da segunda guerra mundial, com aponta Benévolo (2001). Na Europa aparece como uma consequência das experiências europeias, em outros locais, porém, o repertório internacional é adaptado aos costumes locais. A partir do segundo pós-guerra “no Brasil e Japão obteve-se resultados de valor internacional, não ligados aos modelos europeus e estadunidenses.” (BENÉVOLO, 2001, p. 711).

No Brasil, houve uma peculiaridade, pois se utilizou linhas curvas para uma arquitetura genuinamente brasileira, o que se tornou o grande diferencial, reconhecido internacionalmente, do repertório da arquitetura modernista brasileira, criada por Oscar Niemeyer e possibilitada pela plasticidade do concreto armado (material novo e produzido em escala industrial); além de se apropriarem de técnicas para adaptarem ao clima tropical do país como os brises⁵. Outro fator determinante que marca a diferença e exclusividade da arquitetura moderna brasileira é que indiretamente utilizam de traços, linguagens e características de arquitetura colonial, barroca, para se adaptar e compor com este novo estilo moderno, ou seja, a integração do tradicional com o novo, como na obra de Paquetá já citada.

Houve uma diferença, portanto, entre arquitetura moderna *no* Brasil e arquitetura moderna *do* Brasil, ou seja, entre a arquitetura moderna vinda da Europa e difundida no Brasil por Le Corbusier e a Bauhaus e a arquitetura moderna brasileira propriamente dita, pois esta possui suas peculiaridades que se trata de adaptar soluções técnicas ao clima (como os brises), fazer uso de uma liberdade formal a partir da plasticidade dos materiais (como as curvas de Niemeyer) e a mistura com elementos tradicionais e coloniais (tal qual a obra de Paquetá), tornando a arquitetura moderna brasileira diferente e única. Pode-se perceber claramente e visualmente esse fato por meio do edifício do MES, que foi uma obra edificada seguindo rigorosamente os preceitos corbusianos do modernismo europeu, e a igreja da Pampulha, que não contém rigidez formal, não contém pilotis, nem janelas em fita, pois se trata de um exemplo de arquitetura moderna genuinamente brasileira.

Ao mesmo tempo da precursão do movimento modernista no Brasil, ocorreu o movimento antropofágico. Segundo Benévolo (2001, p.712):

⁵ Ou *Brise-soleil* :Quebra-sol através de persianas de concreto ou metal na fachada.

A reviravolta decisiva do movimento brasileiro coincide com a revolução de Getúlio Vargas (1883-1954)⁶; de 1930. A classe política que agora sobe ao poder sai do mesmo ambiente em que se apoiam os artistas de vanguarda, os quais, de agora em diante, não são mais confinados as oposições, mas passam a fazer parte da elite dirigente.

A citação demonstra como o Estado influenciou a participação do movimento modernista nas novas formas de se construir com o novo estilo e, conseqüentemente, a transformação da paisagem urbana brasileira através dos artistas modernos que têm o apoio do Estado.

Para que esse novo estilo modernista fosse inserido, aceito e praticado no contexto sociopolítico brasileiro, houve agentes importantes para torná-lo o mais importante modo de se pensar a arquitetura, o espaço urbano, o planejamento das cidades e as formas de morar para um Brasil em transformação. Lúcio Costa foi um desses agentes da arquitetura modernista brasileira (assim como Warchavchik, Niemeyer, Reidy, irmãos Roberto, Burle Marx), pois foi o responsável por revolucionar o ensino tradicional de arquitetura quando nomeado diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Foi sob sua liderança e com a colaboração de Le Corbusier que se construiu a primeira obra moderna que repercutiu a nível nacional: o prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES) do Rio de Janeiro.

A obra do MES foi realizada no governo de Getúlio Vargas, sendo que seu projeto teve a autoria de Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira e Ernani Vasconcelos. Le Corbusier incorporou os seus fundamentos de arquitetura modernista ao projeto dos brasileiros, marcando o momento de ruptura das formas arquitetônicas ornamentadas. Além disso, a participação de Le Corbusier foi de extrema importância, pois contribuiu para que o edifício, assim como a arquitetura modernista brasileira, se projetasse mundialmente. Nesse edifício estão aplicados todos os princípios do ideário arquitetônico propostos por Le Corbusier para uma arquitetura modernista. A importância do edifício do MES para a arquitetura modernista brasileira é que instituiu uma nova forma de projetar e construir, que representava a imagem de modernidade e progresso. Além disso, o regime político do Estado Novo pretendia utilizar essas formas modernas para representar um governo com ideais de inovação, suas formas modernas eram expressão de monumentalidade, de poder e de progresso.

O edifício do MES, atual Palácio Gustavo Capanema, foi um marco da arquitetura moderna brasileira por reunir os atributos modernistas do mestre Le Corbusier, além de

⁶A política de Getúlio Vargas e sua relação com a arquitetura modernista foi tratada no capítulo 2.

apresentar sua arquitetura com pilotis de dez metros de altura e com catorze andares. Foi construído entre os anos de 1937 e 1945, na vigência da segunda grande guerra mundial.

A vitória dos arquitetos modernos na construção do edifício do MES e também na criação do órgão de patrimônio e na afirmação de um discurso ético, elegendo a habitação popular como objeto privilegiado de sua atuação, tornava-os dominantes no campo arquitetônico.

A fachada envidraçada do MES (Figura 07) foi o primeiro projeto mundial de um edifício moderno de grande porte com pano de vidro, chamado de moderno funcionalista. Segundo Lúcio Costa, quando ele e Oscar foram até Nova Iorque, em 1938, para fazerem o pavilhão do Brasil na exposição internacional, lá ainda não havia nenhum edifício de fachada envidraçada, estas que marcam o estilo americano, o *curtainwall*, na realidade foi ideia europeia aplicada pela primeira vez no Brasil. Lúcio Costa contou que a arquitetura jamais tinha passado por uma transformação como esta que ocorreu no modernismo brasileiro na época da construção do MES.

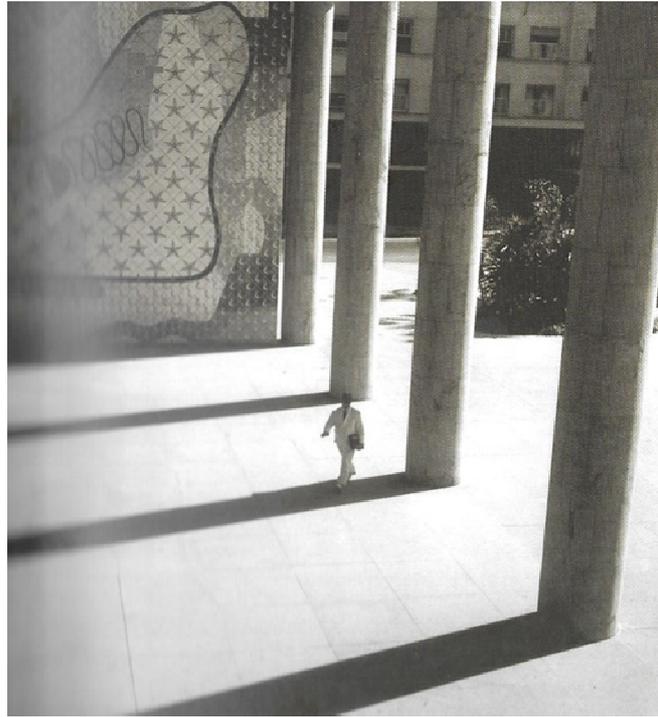
Acerca do prédio do MES, Underwood (2010, p. 37) faz uma crítica, na qual o projeto desse edifício era reflexo do “dilema da dependência que envolvia o desenvolvimento artístico brasileiro: ao buscar um símbolo de modernização nacional, os brasileiros abraçavam formas corbusianas e sua ideologia europeia.”

Figura 07 – Edifício do MES, atual Palácio Gustavo Capanema



Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=276403>> Acesso em dez. 2015.

Figura 08 - Detalhe dos pilotis e do painel artístico do edifício do MÊS



Fonte: Bonduki; Koury, 2014, p. 165.

Figura 09 – Detalhe dos brises e dos pilotis do edifício do MES



Fonte: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-134992/classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-eequipe/520e7d6ee8e44e4bf900011b-classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe-imagem.>> Acesso em dez. 2015.

Figura 10 – Vista do Terraço Jardim criado por Burle Marx no edifício do MES



Fonte: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-134992/classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe/520e7d6ee8e44e4bf900011b-classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe-imagem>> Acesso em dez. 2015.

Figura 11 – Vista interna do edifício do MES



Fonte: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-134992/classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe/520e7d6ee8e44e4bf900011b-classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe-imagem>> Acesso em dez. 2015.

Já existia a corrente racionalista arquitetônica europeia, porém o Brasil foi além e, mesmo seguindo os preceitos modernistas, obteve uma produção própria e original de importância nacional e internacional. Os arquitetos responsáveis por isso que usaram do

movimento modernista internacional trazido por Le Corbusier e imprimiram uma linguagem brasileira foram Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx.

Lúcio Costa propiciou uma profundidade dialética entre as novas formas e a tradição construtiva local, fornecendo uma alternativa apura oposição europeia entre renovação e revolução que fazia da amnésia o único meio para novos caminhos. Niemeyer introduziu a graça formal a partir da exploração radical da tecnologia do concreto armado, fornecendo, com suas formas livres, uma alternativa ao previsível esgotamento do racional-funcionalismo. Burle Marx criou, a um só tempo, o paisagismo tropical e uma linguagem internacional e moderna dos jardins. E o fez a partir da valorização estética da flora nativa, resgatando-a da triste condição de mato, revelando-a para o mundo e para os próprios brasileiros. (CAVALCANTI; DAHDAHP, 2009, p. 50).

Está comprovada, portanto, a importância desses três personagens no cenário da arquitetura modernista brasileira, nas três esferas arquitetônicas: o planejamento urbano, os edifícios e o paisagismo. Para Cavalcanti (2006, p. 43), “o modernismo na arquitetura brasileira foi, sobretudo, uma reinterpretação das ideias de Le Corbusier, e em menor medida, daquelas de Walter Gropius”.

Foi graças à plasticidade do concreto, que a genialidade de Oscar Niemeyer pôde ser realizada, pois o concreto armado permite uma leveza plástica, formas curvas; portanto, os princípios modernistas, unidos à criatividade e ousadia dos projetos de Niemeyer e a plasticidade do concreto, constituíram a marca de uma arquitetura modernista legitimamente brasileira.

As primeiras obras de arquitetura modernista no Brasil apareceram com o início do processo de industrialização. Esse novo estilo se afirmou e criou uma identidade por representar o espírito da época, da sociedade em busca de inovação, de modernidade e, conseqüentemente, de desenvolvimento. Foram influenciadas por arquitetos estrangeiros que introduziram o modernismo no Brasil, como o russo Gregori Warchavchik.

Gregori Warchavchik (russo naturalizado brasileiro) foi um importante personagem do movimento moderno na arquitetura na década de 1920, sendo precursor, o seu manifesto, publicado em 1925, no jornal ‘Correio da Manhã’, repetindo a casa máquina de morar de Le Corbusier, no qual ele defendia que o arquiteto deveria amar a sua época, se orientar pela lógica e pela razão, mas ainda havia descompasso entre a casa e as novas máquinas do novo tempo, o carro por exemplo. Le Corbusier visitou a casa da Vila Mariana (cidade de São Paulo), em 1929, e, ficando impressionado, indicou Warchavchik para ser o delegado de toda América do Sul junto aos CIAMs. As figuras 26 e 27 mostram o primeiro espaço de morar – uma residência construída com estilo arquitetônico modernista no Brasil.

Figura 12 – Fachada da primeira casa modernista no Brasil



Fonte: <<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/77624/2/106606.pdf>> Acesso em dez. 2015.

Figura 13 – Interior da primeira casa modernista no Brasil



Fonte: <revista.zapimoveis.com.br %> Acesso em dez. 2015.

Segawa (1994) explica que, no final do século XIX, com o advento da República, o Brasil, apegando-se ao positivismo da ‘ordem e progresso’, empenhava-se em enriquecer com a produção agrícola. Nesse período, após a proclamação da república, a economia do país mudou muito pouco. Entretanto, a partir da década de 1930, do século XX, foram estabelecidas condições para que o Brasil se modernizasse com a industrialização, tendo o Estado o papel de agente para o crescimento da economia.

As políticas públicas de desenvolvimento trouxeram ao Brasil a industrialização do país. No período entre as décadas de 1930 e 1960, os engenheiros e arquitetos foram agentes da modernização de casas e cidades. Nesse sentido, a arquitetura e o urbanismo foram instrumentos de poder do Estado para expor esse novo ideal de país moderno que a sociedade almejava.

Nesse período, a população do Brasil era, em sua maioria, rural, porém o espírito e ação da industrialização estavam trazendo ares de modernidade às cidades, que se transformavam e apresentavam um novo Brasil. As contribuições arquitetônicas que marcavam e assumiam esse novo cenário, essa nova paisagem, atestavam os rumos do progresso pelo qual o país almejava e, com o passar do tempo, o atraso técnico no campo e o avanço das indústrias na cidade, houve um elevado crescimento da população urbana.

Nessa época, no Brasil, o termo urbanismo ainda não era muito discutido. Falava-se sobre urbanismo limitando-o às obras de saneamento e embelezamento. Entretanto, apesar de não utilizarem o termo urbanismo, não deixavam de realizá-lo, pois havia um propósito de um planejamento urbano, estavam a projetar e reformar cidades para melhorar sua circulação e a condição de vida da população urbana, como exemplo tem-se a reforma urbana de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX.

Pereira Passos inspirou-se na reforma de Haussmann, em Paris, removeu os resquícios de uma cidade colonial pobre e insalubre, transformando a então capital do país (Rio de Janeiro), tornando-a mais civilizada e com ares europeus. Essa reforma de Pereira Passos teve um saldo positivo nas questões de salubridade e saneamento, pois praticamente erradicou doenças, e saldo negativo, pois a população que foi retirada dos cortiços passou a ocupar os morros, dando início aos assentamentos irregulares das favelas.

O contexto sociopolítico da época era de que a introdução de relações capitalistas no campo, na zona mais rica do país, geraria aquelas divergências. A urbanização sempre ligada à industrialização provocaria o crescimento da pequena burguesia e o aparecimento da classe operária.

O modernismo brasileiro teve três pilares de desenvolvimento: prédios monumentais para demonstrar a grandiosidade do poder de Estado, a preservação da memória nacional e os projetos e planos arquitetônicos para habitação popular.

Os novos arquitetos queriam mostrar para o povo um novo modo de viver, uma nova técnica de construir. Queriam mostrar a máquina de morar, além disso, a arquitetura modernista brasileira foi muito importante para o país, pois foi uma produção cultural local,

para o desenvolvimento das cidades e da sociedade, que contribuiu para arquitetura modernista mundial.

Segundo Costa (2003), os arquitetos tornaram-se modernos sem se aperceberem disso, preocupados unicamente em estabelecer novamente a conciliação da arte com a técnica e de tornar acessíveis à maioria dos homens os benefícios agora possíveis da industrialização. Lúcio Costa aderiu as ideias de Le Corbusier, ele estava convencido, na época, que a transformação arquitetônica e a social possuía o mesmo significado e que a nova arte só florescia em novo regime.

Goodwin (1943) aponta o modelo brasileiro demonstrando a importância da arquitetura modernista brasileira para o cenário internacional, como ocorre em Washington, onde impera o estilo clássico; em Londres, o estilo da academia real; em Munique, o classicismo nazista; em Moscou, o neoimperial. O Brasil, entretanto, enfrentou os conservadores e, libertando-se do tradicionalismo, estabeleceu o princípio da construção livre e criadora. Os modernos edifícios brasileiros serviram de modelo para as capitais que foram reedificadas no pós-guerra.

Sobre a especificidade da arquitetura moderna brasileira, Lara (2005, p. 2) comenta:

E quantas serão as localidades brasileiras, menores e mais distantes dos grandes centros, mas que também guardam tesouros da nossa arquitetura moderna. Fazendas, creches, hospitais, casas operárias, prefeituras, fóruns, e centenas de milhares de escolas. Todos modernos em maior ou menor grau. Todos fazendo parte desta nossa gigantesca herança moderna.

A originalidade do movimento da arquitetura moderna brasileira é defendida por Walter Gropius, pois “a adaptação das contribuições internacionais ao clima e aos hábitos do meio e valoriza, sobretudo, as obras cujo projeto arquitetônico se relaciona equilibradamente com o entorno urbano, tal qual Pedregulho.” (BENÉVOLO, 2001, p. 714).

O trabalho dos arquitetos modernos foi de imenso valor para o Brasil, pois eles próprios colocaram em prática a arquitetura modernista no Brasil e ainda desenvolveram propostas para conjuntos populares. Embora existisse uma nova arquitetura para um novo país, foram os mesmos que lutaram pela preservação das construções antigas que lutavam e idealizavam as novas formas e, simultaneamente, estudavam o passado e justificavam sua preservação, lançava-se na busca de uma preservação e resgate da memória. Em 1937, Lúcio Costa, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mário de Andrade idealizavam a conjunção entre o passado e o novo, entre a tradição e a modernidade e, assim, criaram o Serviço de

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no governo de Vargas. Atualmente, o SFHAN é órgão que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro e intitula-se como Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, promovendo e preservando os bens culturais do Brasil.⁷

Le Corbusier foi um personagem muito importante para a arquitetura modernista e as formas de morar, devido a sua participação em trazer o pensamento arquitetônico e urbano modernista para o Brasil e colaborar na elaboração dos projetos modernistas que se tornaram obras ícones do movimento. Assim, acabou tendo sido, de certa forma, mestre e incentivador dos modelos para Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, tendo visitado o Brasil algumas vezes e acompanhando de perto as obras que seguiram seus ensinamentos e o deixaram muito satisfeito.

Os arquitetos exerceram impacto no meio ambiente da cidade. Segundo Underwood (2010, p. 11), “Niemeyer desenvolveu o lado mais emotivo do pensamento corbusiano de um modo inteiramente adequado ao cenário brasileiro”.

A arquitetura moderna foi apropriada pela cultura de massas, espalhando pelo país seus exemplares e cópias de projetos. Entretanto, a arquitetura modernista brasileira recebeu críticas sim, algumas, pois afirmavam que a interpretação livre dos arquitetos brasileiros fugia do aspecto seguro do racionalismo estrito. Max Bill criticou negativamente a arquitetura moderna brasileira porque não a via como sua importância na originalidade das formas curvas. Para ele, os elementos da arquitetura modernista foram adotados obedecendo ao padrão e não resolveram às necessidades reais do país. Ele critica o prédio do MES, porém elogia a obra de Pedregulho.

⁷Fonte: <<http://www.iphan.gov.br/>> Acesso em dez. 2015.

CAPÍTULO 2: DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS PARA UM BRASIL MODERNO

Este capítulo trata do desenvolvimento, das políticas desenvolvimentistas para um Brasil moderno, da relação entre arquitetura moderna e a política desenvolvimentista destacando os planos governamentais de desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1960 e as políticas públicas para a habitação popular.

Na primeira metade do século XX, o conceito de desenvolvimento passava por mudanças. Segundo Sachs (2000), o desenvolvimento foi reduzido a crescimento econômico, estabelecendo que o seu significado condizia com um “crescimento de renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas. Essa era a meta proposta por Lewis, em 1944, e insinuada na Carta das Nações Unidas, em 1947.” (SACHS, 2000, p.66). Em outras palavras, dava-se mais importância ao crescimento econômico que o social. Já no ano de 1962, segundo Sachs (2000, p. 68), foi criado o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) que, em 1966, “reconhecia a interdependência dos fatores econômicos e sociais e a necessidade de equilibrar o planejamento econômico com o social.”

Para Oliveira (2002, p. 40), o desenvolvimento “deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”, portanto, não deve ser sinônimo de crescimento econômico, como muitos confundem. Esse é o motivo pelo qual Sandroni (1994 apud OLIVEIRA, 2002, p. 40) já considerava “desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia.” Os economistas com tradição cepalina, como Celso Furtado e Raul Prebisch, acreditavam que o crescimento fosse condição para o desenvolvimento (isso foi feito no Brasil no período desenvolvimentista, para alcançar o desenvolvimento deveriam crescer economicamente através da industrialização), porém, com o passar do tempo, foi percebido que isso não era suficiente, pois “pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente” (OLIVEIRA, 2002, p. 42).

O desenvolvimentismo é uma teoria econômica focada no crescimento econômico, baseado na industrialização e na infraestrutura, com forte intervenção do Estado.

No Brasil, o “desenvolvimentismo” remete às teorias cepalinas⁸. Historicamente, o desenvolvimentismo brasileiro é associado aos governos a partir da década de 1930, com destaque para os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (JK). A corrente desenvolvimentista na América Latina teve em Celso Furtado e Ignácio Rangel seus maiores expoentes. A teoria do desenvolvimentismo, elaborada a partir da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), trabalhava com o conceito de centro-periferia, e as políticas e o desenvolvimento como um processo de criação de um panorama novo e atual para o país. A economia fazia parte deste projeto de modernização, pois tratava-se de integrar o território, dando-lhe infraestrutura, emprego e tecnologia. Com esse projeto grandioso, vislumbrava-se a criação de uma sociedade democrática e aperfeiçoada, dando novo sentido à “civilização brasileira”, como então se dizia.

Como neste estudo retrata-se a arquitetura modernista e as formas de morar entre as décadas de 1930 e 1960, período em que se aplicam alguns princípios da teoria desenvolvimentista, e como Getúlio Vargas foi o presidente que mais governou o Brasil nesse período (19 anos ao todo): de 1930 a 1937, como revolucionário; de 1937 até 1945, como ditador no Estado Novo e; presidente constitucional, de 1950 a 1954, torna-se importante citar as intervenções desenvolvimentistas realizadas em seu governo que possibilitaram um Brasil com características modernas, principalmente na questão habitacional.

Vargas assumiu a presidência do Brasil em 1930 e com um golpe instituiu um novo regime: o Estado Novo⁹, que era autoritário, centralizador e interventor. A modernização do país estava em seus projetos, e o Estado Novo utilizou a arquitetura e as instituições de memória como instrumentos para alcançar essa modernização, para formar e materializar uma nacionalidade. A relação entre a ideologia do Estado Novo e o movimento moderno foi que possibilitou o surgimento de uma nova expressão arquitetônica no país. O Estado Novo usou propagandas e educação para adaptar o homem a uma nova realidade social, que atingiu o povo e também a elite. Segundo Bahia (2011), as grandes transformações pelas quais o mundo passava no pós-guerra geraram o espírito moderno. Esse espírito foi estimulado pelo Estado, incentivou a geração de uma arquitetura moderna, ou seja, a afinidade ideológica entre o modernismo e o Estado Novo, propiciou a consolidação da arquitetura moderna no Brasil, a qual pretendia ser a expressão de seu tempo, porém sem contradizer a tradição

⁸Oriundas da Comissão (CEPAL), uma comissão regional das Nações Unidas, criada em 1948 para incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.

⁹Regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 1937, que durou até 1945, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

construtiva do passado colonial, de liberdade formal, transformando, assim, a arquitetura moderna brasileira em exclusiva.

Entre os programas de modernização patrocinados por parte das elites dominantes na década de 1930, ganhavam destaque as propostas de transformação da cidade brasileira, as versões mais progressistas abriram espaço às manifestações da arquitetura moderna. Para tanto, foi oportuna a abertura oferecida no regime constitucional de Vargas, entre 1934 e 1937, não só pelo ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, como pelas iniciativas de integração social e atualização cultural, como aquelas empreendidas em São Paulo, pelo prefeito Fábio Prado (1931-1938), e no Rio de Janeiro, pelo prefeito tenente Pedro Ernesto (1931-1936).

O Estado populista de Vargas, como foi chamado, foi expressão de uma aliança de classes entre burguesia industrial, camadas médias burocráticas, proletariado urbano e oligarquias rurais não exportadoras. Foi criado o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se tornou símbolo do Estado nacional desenvolvimentista, através dos grandes investimentos estratégicos, estruturando as bases para a industrialização do país.

As transformações econômicas suscitaram transformações sociais também, como o êxodo rural. Em relação à cultura, acreditava-se que o país estava no caminho da modernidade no padrão dos costumes americanizados, surgiram produtos industrializados e aparelhos eletrodomésticos, com isso, transformaram-se também os modos de morar, não só no que diz respeito à estrutura física da casa, que mudou com o advento da arquitetura modernista, mas também a vida da dona de casa, pois surgiram a televisão, a batedeira, o fogão a gás, os artigos de beleza e higiene pessoal. O cinema e os meios de comunicação tiveram papel importante para a difusão da ideologia nacionalista de um Brasil que estava em busca do progresso, além disso, a “política de construção e identidade nacional elaborada pela intelectualidade moderna brasileira desabrochava nesses anos” (SEGAWA, 2008, p. 336).

O discurso do Estado Novo e a arquitetura são unidos pela pedagogia, em que os arquitetos procuravam ensinar novas formas de se morar e os ideólogos de civilizar o povo, a proposta era formar um *homem novo* para um *Estado novo*, incluindo a teoria de uma *arquitetura nova* também.

No governo de Vargas, as metas de saneamento, higiene, educação, habitação eram prioridades. Devido às condições sanitárias precárias, tanto nas cidades como no campo, as endemias e epidemias elevaram os índices de mortalidade. Por isso, o governo construiu

inúmeros edifícios para a saúde: centros de saúde para crianças especiais, maternidades, leprosários, sanatórios para tuberculose, hospitais psiquiátricos e hospitais de clínicas. A maioria dos edifícios construídos destinados a esse fim foi projetado com princípios da arquitetura modernista.

Após o suicídio de Vargas (ocorrido em 1954), o país viveu a era JK, cujo governo tinha por slogan “50 anos em 5”, e o plano de metas de sua campanha continha trinta itens com investimentos (sendo estes estatais, privados e internacionais) em transporte, energia, alimentação, indústria e educação.

Pesquisa de dados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre o tema do plano de metas “50 anos de progresso em 5 anos de realizações” de JK revela:

Esse ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia que se tornou conhecido como Programa ou Plano de Metas. Na última hora, o plano incluiu mais uma meta, a 31ª, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio de JK. (...) Tanto o plano de governo mineiro quanto o Plano de Metas de Juscelino foram elaborados com base em estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940 por diversas comissões e missões econômicas.¹⁰

As bases do desenvolvimentismo de Vargas e JK, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas¹¹, confirmam:

Quando se encerrou o segundo governo de Getúlio Vargas(1951-1954), o Brasil havia passado por uma série de mudanças estruturais que ganharam velocidade a partir da década de 1930. Essas mudanças diziam respeito principalmente às bases do desenvolvimento, ao modelo econômico adotado, à ênfase na industrialização orientada pelo Estado, à liberalização política e ao controle social e sindical. Nas décadas de 1930 e 1940, fez-se a travessia do mundo rural para o mundo urbano industrial, com profundas repercussões em vários aspectos da vida do país. (...) Em seus 19 anos de governo, e especialmente no último mandato, Getúlio promovera a criação de uma série de agências para estudar, formular e implementar políticas de desenvolvimento, sempre dentro de uma ótica que valorizava a ação do Estado, a iniciativa local e o nacionalismo. (...) Nos anos 50 o país vivia sob a égide de uma ideologia prometeica, de crença no desenvolvimento, no progresso e na mudança. Este era um legado deixado por Vargas, do qual JK se apropriou com maestria. Juscelino adicionava ao desenvolvimentismo a ótica do otimismo e da tolerância política. Mas, como seu antecessor, também descuidou de uma pauta social que

¹⁰Fonte: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>> Acesso em jan. 2016.

¹¹Pesquisado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/OBrasilQueVargasDeixou/BasesDesenvolvimento>> Acesso em jan. 2016.

elevasse o Brasil a um patamar de desenvolvimento humano compatível com o dinamismo e a efetividade de sua máquina estatal.¹²

A citação acima revela que a política desenvolvimentista e a industrialização induziram uma urbanização e um desenvolvimento econômico, porém não elevou o país a melhores índices de desenvolvimento humano no geral. Aliás, é sabido também que o país cresceu economicamente nesse período à custa de desastre social e dívida externa; apesar disso, a política desenvolvimentista estimulou o surgimento e utilização da arquitetura moderna para as novas formas de morar no Brasil.

2.1 A arquitetura moderna e a política desenvolvimentista

Corona (2003, p. 280) diz que “a arquitetura de uma época não pode ser localizada e estudada por condições isoladas de exemplos esparsos. É preciso que ela seja enquadrada no conjunto da expressão cultural de um povo, de uma coletividade.” Existe, portanto, essa relação da política desenvolvimentista e da arquitetura modernista adotada, pois esta absorve os avanços da industrialização e a representação de um Estado que busca a modernidade, o progresso e o aumento do bem-estar.

O Estado estava na busca de um Brasil moderno, tinha um discurso de querer um “novo homem (cidadão) brasileiro”, e os arquitetos modernistas estavam preparados para cumprir a missão de criar novas possibilidades e mentalidades para se morar, com a linguagem modernista pregada na teoria de Le Corbusier. Pregava um espírito novo diante das transformações pelas quais passava a sociedade e a arquitetura, conseqüentemente, pois os princípios corbusianos que definiam a linguagem arquitetônica se faziam coesos com a industrialização e com a intenção lançar-se para o futuro do Brasil. Assim, o Estado usou a arquitetura como instrumento da modernização do país através das formas, mas também os arquitetos aproveitaram o poder do regime para colocarem suas aspirações de transformações sociais que previam a arquitetura moderna em prática. Para o arquiteto Artigas (2003, p.195), foi durante o período do Estado Novo que a arquitetura modernista brasileira teve seu maior desenvolvimento à “sombra de instituições e a serviço de uma demagogia desenfreada”. Ele sugere uma crítica que essa nova forma de se construir está vinculada aos interesses políticos. Bonduki; Koury (2014) também fazem alusão a esse fato, quando falam dos arquitetos modernistas que, através da aceitação por parte do Estado, saíram do campo acadêmico e passaram a atuar para a construção de edifícios públicos em larga escala, construindo cidades

¹²Idem 13.

e também monumentos. Eles empenharam-se no projeto de modernização do Estado empreendido por Vargas e, com esse compromisso, atuaram nos espaços que tiveram nos órgãos governamentais.

Sendo assim, arquitetura modernista foi apropriada pelo Estado brasileiro, pois sua elite acreditava que as novas formas expressariam a imagem de um país moderno e civilizado, a intenção era de promover uma nova arquitetura (modernista) para um novo Estado (Estado Novo). Underwood, porém, critica essa relação:

A ascensão da arquitetura moderna no Brasil, que começa por volta de 1930 com a subida de Getúlio Vargas ao poder, não implicou nem a imediata realização de uma liberdade formal, nem a completa negação do passado colonial. O primeiro governo moderno do Brasil e todos aqueles que o sucederam deixaram claro que a liberdade não é destinada a todos. (UNDERWOOD, 2010, p. 12).

Sobre a relação do Governo Desenvolvimentista e a arquitetura modernista, Bonduki considera:

A perspectiva de superação das desigualdades sociais por meio da instituição de um estado burocrático e de uma estrutura administrativa baseada no mérito, limitando os privilégios das velhas oligarquias rurais, eram transformações compreendidas no projeto de desenvolvimento industrial e na política de amparo aos trabalhadores urbanos que caracterizou a ação do Estado no governo de Vargas, ainda presentes em meados dos anos 1950, momento de afirmação da arquitetura moderna brasileira, que encontrou nas políticas sociais empreendidas pelos institutos de previdência uma importante demanda para sua realização. Para os arquitetos engajados no processo de modernização do país, que compuseram o quadro técnico e político do estado varguista e imprimiram a marca das vanguardas modernas as ações do governo, isso significou uma grande oportunidade de implementação de novos padrões de alojamento e de acesso a equipamentos, garantindo um parâmetro social mínimo para os trabalhadores urbanos (BONDUKI, KOURY, 2014, p. 248).

Underwood critica o aspecto de que a modernização do país pode não ter incluído toda a população, já Bonduki revela que as políticas públicas para habitação da população trabalhadora com características modernas favoreceu as mínimas de condições dignas de moradia.

O modelo de política desenvolvimentista favoreceu e facilitou o advento da arquitetura modernista. Muitas obras desse período refletem os interesses de uma elite industrial capitalista dominante, mas, paralelamente, refletem o ideário dos arquitetos e intelectuais marxistas que propunham em suas obras a justiça social. Niemeyer expressa em suas obras este espírito de transformação social. (UNDERWOOD, 2010).

No contexto dos anos de 1950, a sociedade apoiou as transformações. Acreditava-se na perspectiva do progresso da modernidade. No que se refere ao social, constata-se que as cidades e as obras novas, as novas tipologias e linguagens arquitetônicas para as moradias, a expansão urbano-industrial, de certa forma, “amorteceram” as tensões sociais. Houve um desenvolvimento econômico, porém não houve um crescimento social e desenvolvimento humano de fato e real para toda a população.

O desenvolvimento rápido da arquitetura modernista decorreu das condições da política da época, mas também das condições econômicas anormais da prosperidade econômica devido à guerra e à inflação. Com as metas do governo de JK, a âncora da modernidade brasileira passou a sustentar-se na economia, com expansão industrial e soberania nacional, respondendo ao diagnóstico cepalino, como já descrito anteriormente.

Isso demonstra que, além dos edifícios modernistas, o desenvolvimentismo, as condições sociopolíticas e econômicas e os interesses do Estado influenciaram também a inovação na estrutura urbana: a arquitetura seria a expressão concreta desse espírito de cidades como centro de civilização, progresso e de riquezas. Furtado (1979), porém, faz uma crítica a esta imagem de país de futuro, moderno, que o Estado buscava através da política, utilizando-se das formas modernas arquitetônicas como expressão desta ideologia e de seu poder:

A imagem do país do futuro que, com respeito ao Brasil, se difundiu em todo mundo a partir do livro de Stefan Zweig, e cuja fase mais brilhante foi avançada com a inauguração de Brasília, referia-se a um País jovem, dotado de imensos recursos potenciais, com uma população em rápida expansão e uma cultura original e vigorosa – resultado da interação de valores europeus, africanos e ameríndios – orientada para a integração do homem moderno no meio tropical. Essa imagem contribuiu para ocultar outros aspectos da realidade de um País de recursos aproveitados, em que a miséria de grande parte da população não encontra outra explicação que a resistência das classes dominantes a toda mudança capaz de pôr em risco seus privilégios. (FURTADO, 1979, p. 1).

A partir dessa citação, percebe-se que, por mais que a intenção do Estado fosse prover um país rico, moderno, desenvolvido, através da industrialização, das novas formas de se morar, promovidos com auxílio dos meios de comunicação e das políticas desenvolvimentistas, infelizmente, a realidade apontou que, apesar do país ter se modernizado, se industrializado, se urbanizado, crescido economicamente, o desenvolvimento social não foi alcançado de fato e houve a questão do poder da classe dominante e suas manifestações a favor de seus interesses.

2.2 A arquitetura modernista no Brasil nas décadas de 1930 a 1960

A aceitação e adoção da nova linguagem modernista para a arquitetura não aconteceu logo de início, pois os tradicionalistas até chamavam os arquitetos e artistas modernos de “futuristas”, em relação às artes teve resistência, em relação ao campo habitacional, os custos eram altos para os novos materiais e a mão de obra não era especializada. Contudo, com o passar do tempo, as obras executadas atraíram olhares pela sua forma e também funcionalidade e, a partir disso, passaram a ser utilizadas inclusive pelos órgãos públicos do Brasil e pela elite, o que contribuiu para sua aceitação, disseminação e renovação das habitações populares.

Sobre a arquitetura modernista brasileira, Underwood revela:

Talvez mais do que qualquer outro arquiteto moderno, Oscar Niemeyer tenha feito valer a liberdade em arquitetura – a liberdade sem amarras de expressar-se contra as limitações impostas pela história; a liberdade cultural de pronunciar-se em alto e bom som contra as injustiças de uma realidade colonial persistente e contra as banalidades da tradição acadêmica europeia; a liberdade instintiva de tirar suas ideias da topografia brasileira e de traçar projetos de acordo com suas curvas. (UNDERWOOD, 2010, p. 19).

Figura 14 - Edifício sede da ABI



Fonte: <<http://www.abi.org.br/abi-106-anos-de-luta-pelas-liberdades/>> Acesso em dez. 2015.

Segundo Cavalcanti (2006), a primeira construção modernista foi a sede da Associação Brasileira da Imprensa (ABI), projetado pelos irmãos Roberto¹³ conforme figura 14. Construído de 1936 a 1939, esse edifício é emblemático, pois possui elementos que marcaram as características da arquitetura moderna, como a estrutura independente, o terraço jardim, a fachada livre, a planta livre, além de ter, pela primeira vez, o brise-soleil, solução proposta por Le Corbusier para o problema do excesso de iluminação. A partir desse edifício, verificou-se espalhado pelo país esse tipo de artifício nos edifícios para controle da luminosidade, tanto em obras públicas, como escolas, quanto em prédios residências particulares, sendo utilizado desde a década de 1930 até os dias atuais.

Com a industrialização e o estilo de vida urbano moderno, as pessoas começaram a diminuir o período de estadia em suas casas. As novas condições econômicas e sociais transformaram o valor da habitação para o homem. Os materiais, a planta baixa, os usos, a função e a forma das habitações mudam de acordo com o desenvolvimento da sociedade. A moradia, no período de arquitetura modernista, refletiu as mudanças da sociedade numa época (entre as décadas 1930-1960): o país passava por transformações políticas, econômicas e sociais.

Os arquitetos brasileiros, a partir dos anos 1930, deram início à construção de edifícios para um Brasil que tinha planos de renovação, com ideias modernas e progressistas. A grande inspiração surgiu da sociedade industrial e da realidade política econômica, principalmente nas décadas de 1930, 1940 e 1950. A participação desses arquitetos foi muito importante para transformar a imagem do Brasil, que vivia a euforia da construção de um país independente. Eles foram solicitados pelo Estado para os projetos das obras públicas e de habitação popular, entre as quais muitas são caracterizadas como bens culturais.

A arquitetura no Brasil, a partir da década de 1930, apropriou-se dos ideais modernistas, rompeu a linguagem neoclássica, eclética comum, nas construções, fazendo uso das novas tecnologias, o que levou o Brasil a ser reconhecido internacionalmente, pois soube captar e interpretar as tendências de uma nova forma de se construir baseado nos padrões da escola modernista, em que se utilizavam as novas tecnologias e materiais (os panos de vidro é um exemplo de uma característica da arquitetura racionalista).

¹³ Os irmãos Roberto (Marcelo, Milton e Maurício Roberto, sócios do escritório MMM Roberto, no qual foram desenvolvidos inúmeros projetos ícones de arquitetura moderna) foram também precursores da arquitetura moderna no Brasil. Segundo Bonduki; Koury (2014), a obra da ABI foi a primeira no Brasil a possuir *brise-soleil* em concreto; outra obra de grande relevância no cenário da arquitetura modernista nacional foi o Aeroporto Santos Dumont; os irmãos Roberto também foram os pioneiros a utilizarem a tipologia duplex em alguns de seus projetos para conjuntos habitacionais.

A arquitetura brasileira dos anos 1930 estava voltada para o social, o discurso político e intelectual estabelecia a necessidade da execução de moradia para os mais pobres. Contudo, os aparelhos do Estado criavam esse discurso para se legitimarem e demonstrarem seu poder também. Cabe ressaltar que o modernismo se firmou construindo grandes obras para o Estado Novo, principalmente porque as obras conseguiam unir economia, beleza estética, simplicidade e imponência, apesar de momentos de governos ditatoriais, como a brasileira, que concebeu leis cuidando assim de sua propaganda (arquitetura como instrumento de poder).

Em sua tendência totalitária, o Estado buscou atrair os jovens arquitetos, cujas ideias e concepções eram de inspiração completamente oposta, e assim a arquitetura se revolucionava. Isto porque os arquitetos trabalhavam para a ditadura, mas sem renunciar a suas ideias. Eles utilizaram-se do poder de ação dos ditadores para pôr em prática suas ideias modernistas. Surge, assim, a contradição: ideais democráticos e sociais implícitos na nova arquitetura entre seus princípios racionais e funcionalistas e as preocupações de autopropaganda, de exibição de força, o gosto do suntuoso e da riqueza para impressionar por parte do Estado.

Já nos anos de 1940, o Brasil tinha relações e política de boa vizinhança com os Estados Unidos da América (EUA), através de Nelson Rockefeller, com instalação de suas bases em Recife, Belém e Natal. A influência política, cultural e econômica dos EUA aumentou, sendo o cinema um dos meios mais efetivos para propaganda e persuasão para exaltar o modo de vida americano. No contexto arquitetônico desse período, são construídas a casa de baile, o cassino e a igreja da Pampulha; Goodwin vem ao Brasil preparar a exposição *Brazil builds*; e também é inaugurado o MES.

Para Cavalcanti (2006), esta política de boa vizinhança ocasionou dois episódios entre Brasil e EUA: o projeto e construção do pavilhão do Brasil, na feira de Nova Iorque 1939-40, de Niemeyer e Lúcio Costa, e a mostra itinerante organizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA) “*Brazil Builds: arquitetura nova e antiga, 1652-1942*”, inaugurada em 1943, e que viajou por quarenta e oito cidades da América até 1946. Nessa época, Nova Iorque havia se tornado palco de difusão do modernismo.

A importância de Brasília nesse contexto da produção da arquitetura modernista no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, é analisada por Cavalcanti (2006, p. 219), de modo que os arquitetos “realizaram um ampla, original e variada produção moderna. Brasília 1959-

60 fecha um período de alto modernismo brasileiro como a única cidade no mundo construída integralmente a modernização nos moldes do urbanismo moderno”.

O decênio de 1950 foi importante para a modernização brasileira, pois o país vivia um momento de intensa industrialização e, conseqüentemente, de urbanização. Além disso, os arquitetos modernistas brasileiros tinham sido reconhecidos internacionalmente. De acordo com Lara (2005), o modernismo foi muito popular no Brasil nos anos 50, fazendo parte, inclusive, de sua identidade nacional e representando um papel fundamental na cultura brasileira. Nessa época, o país vivia o desenvolvimento de sua autoimagem.

Nos anos 1950, o Estado empregava a arquitetura moderna nos edifícios públicos com o intuito de incorporar na sociedade a sensação de modernidade. Era valorizada a atuação dos profissionais com ideologia social para a edificação das obras públicas que, indiretamente, influenciaram também a população de baixa renda, haja vista que, nesse específico momento, pode atingir uma grande parcelada população.

Nos anos 1950, Getúlio Vargas foi eleito presidente constitucional do Brasil, a construção do conjunto habitacional social de Pedregulho foi finalizada, houve o suicídio de Vargas, JK foi eleito presidente da república e lançou seu plano de metas para desenvolver o Brasil.

Ainda sobre a década de 1950, o modernismo foi popular, houve aceitação nacional e o novo estilo representava um papel importante na cultura, foi um momento significativo para a autoimagem do Brasil, sua arquitetura teve sucesso no cenário internacional. Interiormente no país existia um clima de otimismo em relação ao modelo de aceleração do desenvolvimento nacional.

No contexto histórico, os anos 1950 ficaram marcados como os anos do pós-guerra, ou ‘anos dourados’. A sociedade da época vivia a potência hegemônica dos EUA na sociedade capitalista ocidental e o lema da construção de uma vida plena moderna estadunidense chegava ao Brasil através dos meios de comunicação; surgia a sociedade do consumo que o capitalismo potencializava. Além dos novos hábitos e costumes, a arquitetura também foi influenciada pelo novo estilo. Assim, o modernismo teve seu ápice. Nessa época, quando os meios de comunicação eram instrumentos de propagação da ideologia modernista, o cinema, o rádio, a habitação eram elementos culturais, pois sua organização e sua higiene influenciavam o comportamento do trabalhador.

Ainda sobre os anos 1950, a autora Rodrigues afirma:

A industrialização realizada durante os anos 50 trouxe consigo a modernização do Brasil. Modernização dos homens, tornando-os cada vez mais urbanos.

Modernização de seus pensamentos e hábitos, tornando-os consumistas. Modernização do modo de vida, das cidades, da arquitetura, das artes, da técnica, da ciência. (RODRIGUES, 1992, p. 31).

Nesse período de modernização e urbanização ocorrido nas décadas de 1940 e 1950, presente na citação acima, houve intensa industrialização e foi o momento em que se desenvolveram os principais projetos e construíram-se as principais obras para habitação popular no país.

Não há como falar de arquitetura modernista no Brasil e suas formas de morar no período desenvolvimentista sem estudar os grandes empreendimentos. Trata-se da concretização desse espírito moderno por parte dos arquitetos e dos ideais políticos desenvolvimentistas e nacionalistas de modernidade para o Brasil, que são a cidade de Brasília e o Complexo da Pampulha (Igreja de São Francisco de Assis faz parte desse complexo), pois são a manifestação da arquitetura modernista brasileira de fato.

A cidade de Brasília, em seu plano, tem característica dos paradigmas do urbanismo do CIAM, possui as escalas: a residencial, a monumental, a gregária e a bucólica. Quando do concurso para a escolha do projeto da cidade a ser construída, o júri escolheu esse plano, pois acreditava ser o exemplo do espírito de século XX: novo, livre e aberto, ordenado, mas sem ser rígido, pesado. Brasília foi planejada nos modelos da CIAM como a nova capital do Brasil, sendo a intenção de sua construção representar um país moderno e seguir as funções instruídas na Carta de Atenas: habitar, trabalhar, recrear, circular.

Cavalcanti (2006, p. 211) expõe que Lúcio Costa, quem projetou urbanisticamente Brasília:

Partiu de um gesto simples e simbólico, o sinal da cruz feito pelos descobridores para assinalar a posse da terra e o começo de uma nova civilização. Reivindicou a brasilidade e a atemporalidade de seu plano, correlacionando o passado e o futuro da nação.

Assim como Brasília, outras cidades modernas brasileiras não se concretizaram como era de se esperar, pois se sucedeu o golpe militar em 1964, o que fez com que fosse rompida a construção de um Brasil moderno, no qual todos deveriam ter acesso à justiça social e à qualidade de vida, como estão retratadas nos projetos dos anos de 1950.

Cavalcanti (2006) mostra que, mesmo com pretensão de seus criadores e idealizadores de ser igualitária e exemplar, Brasília confina os pobres na periferia e há uma forte segregação social. Alguns desvios do plano ocorreram, buscou-se recriar as ruas, o elemento mais execrado pelos modernistas. Percebe-se que Brasília propicia o convívio dos

iguais, porém não deixa de reproduzir a estrutura desigual da sociedade brasileira. Mesmo tendo o seu projeto sido concebido pensando no lado social, apesar disso, arquitetonicamente e urbanisticamente, em Brasília foi realizado o ideal modernista. Nela, a arquitetura, o urbanismo e as artes plásticas se integraram e harmonizaram. Segundo Underwood (2010, p. 83), “a arquitetura de Brasília, é o meio utilizado tanto para sua revolução estética quanto para redenção espiritual. Uma cidade de esperança e essencialmente de ilusão, Brasília nos confronta com inúmeros paradoxos.”

Lúcio Costa, arquiteto e urbanista, incorporou as residências em Brasília, com uma escala diferente do padrão monumental de outros edifícios, criando as superquadras cercadas de vegetação. Já Oscar Niemeyer, o arquiteto que projetou os edifícios, procurou atender o programa de Brasília, com formas diferentes. Para os edifícios, Niemeyer, diferentemente do mestre Le Corbusier, procurou leveza nas estruturas. O racionalismo exacerbado do modernismo não foi utilizado por Niemeyer, que via na forma uma das principais funções da arquitetura, com isso, ele conseguiu criar monumentos e símbolos nacionais. Para Underwood (2010, p.85), Niemeyer concebeu seus edifícios “como esculturas urbanas monumentais que complementaríamos o plano de Lúcio Costa, funcionando como cenografia urbana e simbolizando a modernidade brasileira.”

Para Costa (2007), Brasília além de ser urbana e preencher as funções de uma cidade planejada com os preceitos modernistas, deveria ser ao mesmo tempo *Urbs* (cidade material) e *Civita* (as pessoas que formam a cidade, os cidadãos). Sendo assim pensada, seu plano alcançou a vitória, além de apresentar as características como simplicidade, clareza e expressão do espírito do século XX. Nas palavras do autor:

Além da moradia, do trabalho e do lazer – funções estabelecidas pela Carta de Atenas (1933) e presentes nos trabalhos de outros concorrentes –, o projeto de Lúcio Costa destacou-se pela marca inconfundível do caráter monumental que a nova capital do Brasil exigia. Com sua horizontalidade e apenas o centro marcado por edifícios de maior altura, Brasília se adequou a topografia suave do Planalto Central, e ao vasto céu azul, denominado por Lúcio Costa como seu mar. (COSTA, 2007, p. 265).

Porém, os resultados de Brasília podem ser falseados devido a violenta mudança na direção política, a queda da democracia burguesa para o regime militar em 1964, o qual dispensou o grupo de arquitetos modernos¹⁴. Benévolo (2001, p. 720) defende que, em 1960, a arquitetura modernista, “era considerada de vanguarda pelo mundo latino-americano em

¹⁴Niemeyer, por exemplo, foi exilado e foi para Israel.

vias de desenvolvimento, hoje pode ser considerada um capítulo encerrado, resultado interrompido de uma situação política e social.”

Para Benévolo (2001, p. 720), Costa e Niemeyer, tal como Haussmann em sua época, tentaram criar uma nova paisagem urbana em que primeiramente havia uma polêmica e depois uma expectativa com os resultados, “transpondo para uma nova escala as fórmulas de composição já adotadas. Até mesmo a discussão sobre Brasília assemelha-se a que era feita em Paris”.

A nova capital, portanto, foi o cenário da criação original de um país que manifestava sua emancipação cultural e afirmava uma nova conduta de desenvolvimento. Foi um plano urbano ousado, com edifícios originais, modernistas, inscrito como patrimônio da humanidade na lista da UNESCO por ser o único exemplo de uma cidade completamente modernista.

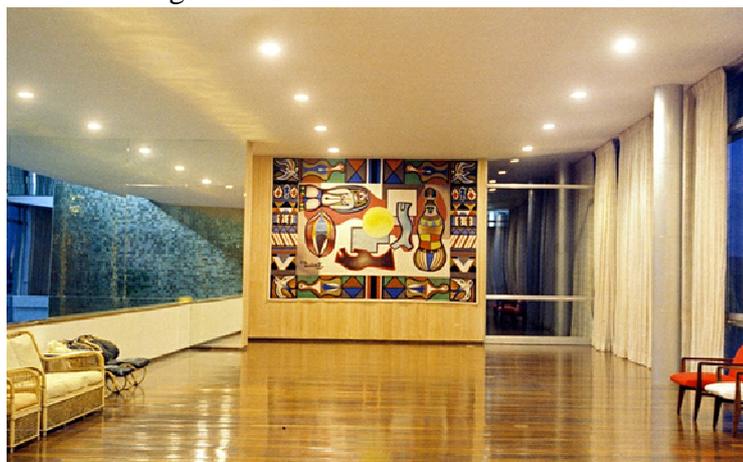
As figuras 15 e 16 mostram a moradia oficial do presidente da república do Brasil em Brasília: o Palácio da Alvorada, projetada por Niemeyer.

Figura 15 – Vista externa do Palácio da Alvorada



Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/old/imagens/brasilia-50-anos/palacio-da-alvorada-1/view>> Acesso em dez. 2015.

Figura 16 – Vista interna do Palácio da Alvorada



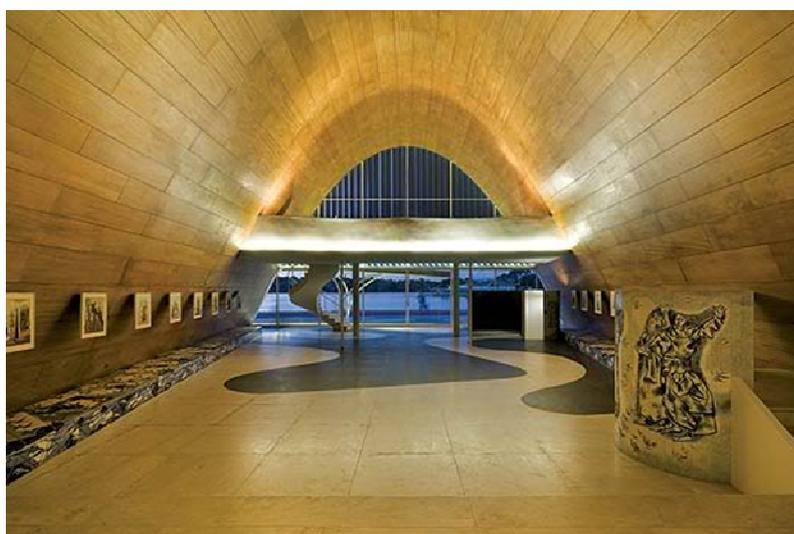
Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/old/imagens/brasilia-50-anos/interior-do-palacio-da-alvorada/view>> Acesso em dez. 2015.

Figura 17 – Detalhe do painel externo na fachada da Igreja da Pampulha



Fonte: Foto da autora, tirada em 2000.

Figura 18 – Vista interna da igreja da Pampulha



Fonte:<skyscrapercity.com> Acesso em dez. 2015.

Figura 19 – Fachada da Igreja da Pampulha



Fonte: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-83469/classicos-da-arquitetura-igreja-da-pampulha-oscar-niemeyer>> Acesso em dez. 2015.

A figura 20 refere-se à marquise da Casa de Baile, do complexo da Pampulha, construída em 1942, em concreto, com formas curvilíneas que repetem as curvas da paisagem. A respeito do Complexo da Pampulha, o governo estatal de Juscelino Kubistchek (JK) buscou uma renovação política e arquitetônica através da construção de uma nova estética que simbolizaria a autonomia da técnica brasileira, sendo assim, sua gestão colaborou para o desenvolvimento do país.

Segundo Cavalcanti (2006), Pampulha pode ser considerada o marco inicial de um modernismo genuinamente brasileiro, com o uso coerente das tecnologias mais recentes e do uso irrestrito da imaginação criadora. Para Pedrosa (2003, p.104), “as velhas igrejas barrocas de Minas tem algum sentido no amor de Niemeyer pela forma curva.”

Cavalcanti (2006) cita que Oscar Niemeyer foi convidado por Juscelino Kubistchek (JK), então prefeito de Belo Horizonte (entre os anos 1940-1945), para projetar um conjunto arquitetônico que teria cassino, clube, igreja, que se consolidasse como alto padrão, para atrair investidores e caracterizasse uma região nobre e sofisticada. Sobre a igreja inaugurada em 1943, Cavalcanti (2006, p.200) a considera “símbolo da liberdade de criação dos arquitetos, em sua construção houve a fusão completa entre estrutura, a arquitetura e entre esta última e a arte”. Ainda sobre a igreja da Pampulha, ele acrescenta:

A ousadia, criatividade e genialidade de Oscar Niemeyer para o projeto da igreja da Pampulha foi excepcional, no entanto, a conservadora e tradicional sociedade da capital mineira, cogitou demoli-la, as autoridades locais assim como a própria igreja

católica sentiram-se provocadas e ficaram espantados com a liberdade formal das formas da igreja. (CAVALCANTI, 2006, p.200).

A citação demonstra como o novo estilo aceito pelo Estado para expressar seu ideal modernista e desenvolvimentista teve resistência por parte da população no início de seu surgimento.

Figura 20 – Detalhe da marquise da Casa de Baile do Complexo da Pampulha



Fonte: Foto da autora, tirada no ano de 2000.

Na igreja de São Francisco, na Pampulha (figuras: 17, 18 e 19), Niemeyer rompe com o racionalismo do modernismo de Corbusier e a permanente dialética com o passado. Sendo assim, Pampulha é inovadora, diferente de tudo que já havia sido projetado e construído, demonstra que a arquitetura moderna brasileira poderia influenciar a arquitetura moderna internacional. Outro fator que contribuiu para o reconhecimento e a influência da arquitetura modernista no exterior foi a divulgação das obras de um dos maiores paisagistas do século XX, Roberto Burle Marx (que participou do projeto do Complexo da Pampulha como paisagista), trazendo a sensação de que existia uma Escola Brasileira.

2.3 Planos e Programas governamentais de desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1960

No período entre as décadas de 1930 a 1960, houve importantes planos e programas do Estado pra alavancar a economia, destinados a melhorar a condição de vida do

brasileiro, alcançar o desenvolvimento e tornar o país moderno. Foram analisados os principais planos deste período¹⁵: o “Plano SALTE”, datado de 1948, e o “Programa de Metas do Presidente JK”, de 1959¹⁶.

A partir da pesquisa nesses documentos, foi identificado que em somente um deles é tratada a questão da moradia/habitação. Foi constatado que, na maioria deles, tratou-se especialmente de buscar alternativas e metas para o crescimento econômico, pois, como já foi dito, na época acreditava-se que o desenvolvimento seria consequência disso.

O “Plano Salte”, de 10 de maio de 1948, tinha a intenção de tomar iniciativa para resolver os principais problemas de interesse nacional como escrito na sua página 5: “os problemas fundamentais que desafiam a capacidade dos brasileiros de conquistarem os benefícios da civilização atual”. Eurico Gaspar Dutra esperava que esse plano fosse aprovado e executado; foi formada uma comissão interpartidária para estudar o plano e emitir as ressalvas e soluções. Assim, a Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, aprova o plano e dispõe sobre sua execução a ser realizada entre os anos de 1950 e 1954, e o decreto n.º 28.255, de 12 de junho de 1950, regulamenta-o. O documento foi publicado em 1950, entretanto, nesse plano, não é citado nada no âmbito da habitação.

O documento que trata do Plano de Metas de JK possui volumes I, II e III, foi impresso no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicado no Rio de Janeiro, em 1959. Trata-se de um plano selecionado com 30 metas de 30 setores prioritários, entre as principais: energia, transporte, alimentação e indústria de base; sendo os volumes II e III as atualizações e demonstrativos sobre os empreendimentos já realizados ou em execução, descrevendo o nível de realização da meta proposta. Esse plano, como destacado na página 15, era ao mesmo tempo plano e execução, pois “é um plano em marcha, no esforço de coordenar as atividades com a orientação permanente e direta do Sr. Presidente JK”, sendo assim, uma experiência nova no país.

Na página 15 da parte II do Plano de Metas é destacado seu objetivo: “O plano de metas visa dotar o país de uma infra e superestrutura industrial e modificar sua conjuntura econômica, se não ocorrer a interligação desse plano com os demais fenômenos econômicos, sociais e políticos, o plano tornar-se-á falho”, assim como: “a conclusão é simples: infraestrutura econômica deve ser acompanhada de uma infraestrutura educacional e,

¹⁵Foram analisados os documentos originais digitalizados, disponíveis no site do governo.

¹⁶O “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social”, de 1963-1965, e o “Programa Estratégico de Desenvolvimento”, de 1967, apesar de importantes, não serão aqui analisados por extrapolarem o recorte temporal em análise.

portanto, social.” Portanto, eles propunham um desenvolvimento social a partir do econômico e do educacional.

As obras desse plano foram rapidamente postas em execução e muitas ultrapassaram as metas propostas. O plano abrangeu projetos a serem executados com recursos públicos e privados, um conjunto dinâmico e progressivo de obras e empreendimentos realizados em diferentes etapas até o fim do quinquênio, em 1961.

Na página 13 deste documento, há outra descrição do plano de metas: “constitui-se de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do País.” Nas 30 metas, como se pode ver na figura 21, não está incluso, diretamente, o setor de moradia/habitação.

Figura 21 - As Metas do Plano de Metas do Governo de JK

SUMÁRIO	
METAS	90
ENERGIA	9-
TRANSPORTES	9
ALIMENTAÇÃO	10
INDUSTRIA DE BASE	11
EXECUÇÃO DO PLANO (ATE 31 DE DEZEMBRO DE 1959)	13
META 1 — ENERGIA ELÉTRICA	15
META 2 — ENERGIA NUCLEAR	21
META 3 — CARVÃO MINERAL	25
METAS 4/5 — PRODUÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO	29
META 6 — FERROVIAS (REAPARELHAMENTO)	35
META 7 — FERROVIAS (CONSTRUÇÃO)	39
METAS 8/9 — RODOVIAS (PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO) ..	43
META 10 — PORTOS E DRACAGEM	47
META 11 — MARINHA MERCANTE	51
META 12 — TRANSPORTE AEROMARÍTIMO	53
META 13 — PRODUÇÃO DE TRIGO	55
META 14 — ARMAZENS E SILOS	57
META 15 — ARMAZENS FRIGORÍFICOS	59
META 16 — MATADOUROS INDUSTRIAIS	61
META 17 — MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA	63
META 18 — FERTILIZANTES	65
META 19 — SIDERURGIA	67
META 20 — ALUMÍNIO	71
META 21 — METAIS NÃO FERROSOS	73
META 22 — CIMENTO	77
META 23 — ALCALIS	79
META 24 — PAPEL E CELULOSE	81
META 25 — BORRACHA	83
META 26 — EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS DE FERRO	85
META 27 — INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA	87
META 28 — CONSTRUÇÃO NAVAL	89
META 29 — INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO PESADO E DE MECÂNICA PESADA	91
META 30 — FORMAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO	95

Com o golpe de Estado, em 1964, o governo militar criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e, a partir dele, o Banco Nacional da Habitação (BNH), porém, as políticas habitacionais gerenciadas pelo BNH não deram continuidade às políticas públicas de habitação popular que vinham acontecendo no país, tais quais as obras executadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e Fundação Casa Popular (FCP) com a influência do movimento moderno, pois a falta de interesse das classes dominantes no poder inverteu as soluções antes propostas pelos modernistas e privilegiou um sistema em que se valorizava mais a quantidade de unidades habitacionais mais a produção em série e em grande escala, contribuindo com as empreiteiras e indústrias da construção civil, buscando rapidez e economia na construção, muito embora sem qualidade arquitetônica, construtiva e sem atender as necessidades da população, provocando a inserção da população de baixa renda em periferias, muitas vezes desprovidas de infraestrutura urbana e serviços públicos. Os empreendimentos financiados pelo BNH, em sua maioria, não beneficiou as camadas mais pobres da sociedade (estas, que não tinham acesso aos programas habitacionais, iam para áreas de risco com moradias irregulares); essa política do BNH procurou diminuir o *déficit* habitacional, promovendo as indústrias e o capital, saindo, portanto, da visão ideal da habitação advinda dos CIAMs e fundamentada na arquitetura pregada pelos modernistas desenvolvida entre os anos de 1930 a 1960.

2.4 Políticas públicas para habitação popular

As mudanças estruturais que ocorriam na economia e na sociedade brasileira a partir da década de 1930 influenciaram no processo de urbanização. Cabe ressaltar que, em 1920, apenas 17,0% do total da população brasileira viviam em cidades, cerca de 4.552.069 habitantes. A partir dos anos de 1930, o processo de urbanização acelera-se, o que permite dizer que a própria sociedade brasileira se tornava cada vez mais urbana. Os dados do Censo Demográfico de 1940 revelaram que o percentual da população urbana atingia 31,2% (SANTOS, 2008). Com isso, houve um *déficit* habitacional nas cidades, notadamente as do Sudeste, nas quais se concentrava a maior parte da população, como demonstra Mota (2011):

Do início do século XX até a década de 1930, diversas cidades brasileiras tiveram o problema da habitação agravado, com o poder público atuando de maneira pontual e ineficiente. Somente a partir do fim da década de 1930, quando a industrialização e a urbanização do país ganham novo impulso com a Revolução de 30, é que começa a

se esboçar uma política para a habitação. É nesse momento, também, que a ciência e a técnica ganham maior relevância que os conceitos de embelezamento e os problemas urbanos em geral são colocados na chave do social (MOTTA, 2011, p. 2).

Assim, já no Estado Novo, a questão habitacional começou a fazer parte dos planos e realizações do governo, para que houvesse moradia e boas condições, principalmente para a população trabalhadora, foi preciso investimentos em recursos públicos. Porém, a crise habitacional atingiu a classe média e foram necessárias novas soluções para os problemas da falta de habitação dessa camada também.

Para Bonduki; Koury (2014), o incentivo a uma solução habitacional para a população baixa renda, com baixo custo, era o objetivo dos governos desenvolvimentistas. Sendo assim, podiam servir ao sistema de produção capitalista que fora implantado no Brasil e investir na industrialização e o custo da reprodução da força de trabalho se manter de baixo custo.

A cidade de São Paulo é um exemplo do que o que ocorreu com as habitações no início do século XX: a partir dos anos 1930, houve a imigração e aumento das indústrias e, com a lei do inquilinato¹⁷, teve o aumento do *déficit* habitacional, a cidade ia ficando dispersa e segregada¹⁸. Na década de 1940, a elite possuía as suas casas próprias em seus bairros (Campos Elíseos, Higienópolis, Av. Paulista, Jardins), já os trabalhadores viviam em bairros operários, casas alugadas, cortiços. Entre as décadas de 1940 e 1964, havia uma grande aspiração popular por uma casa própria, entretanto, devido à especulação imobiliária, a população de baixa renda só podia tê-la em loteamentos irregulares e sem infraestrutura. Entretanto, os serviços e equipamentos urbanos eram direitos dos cidadãos e dever do Estado, portanto, para que fosse atendido esses direitos, foram criados, pelo poder público, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) na década de 1930, e a Fundação Casa Popular (FCP), em 1946, funcionando como órgãos nacionais para corrigir o *déficit* habitacional.

Na questão da moradia relacionada às políticas públicas, no período desenvolvimentista, que envolvia a arquitetura moderna, havia os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) que incorporaram os ideais modernistas, empreendimentos que possuíam,

¹⁷A Lei do Inquilinato de 1942 congelou os aluguéis e foi uma estratégia populista de Vargas para desestimular o aluguel, aumentar o capital na indústria e acumulação do capitalismo. Essa lei foi outro fator que estimulou a produção de casa própria no Brasil, com isso os próprios trabalhadores e o Estado ficaram incumbidos de produzir suas casas, muitas vezes em loteamentos na periferia.

¹⁸Segregação socioespacial: separação das classes sociais no espaço urbano.

além das residências, espaços comunitários, de lazer e de serviços e ainda se localizavam em áreas urbanizadas, e não na periferia, sem infraestrutura¹⁹.

Os IAPs, que começaram a funcionar em 1937 no campo habitacional, foram as primeiras instituições públicas que investiram e tentaram solucionar a questão da habitação da classe trabalhadora, além de outras finalidades, tais como assistência médica e benefícios de previdência. Com os IAPs, foi possível viabilizar as incorporações imobiliárias, a verticalização e também especulação imobiliária. Ao final do Estado Novo, o interessante, segundo Bolfe; Rubin (2014, p.206), é que: “o país estava conseguindo consolidar uma política habitacional forte, que não estava baseada no predomínio de interesses econômicos ou corporativos, como o fortalecimento dos IAPs nos governos seguintes”.

Segundo Bolfe; Rubin (2014, p.206), “Entre as décadas de 1940 e 1960, a política de habitação consistia na oferta de crédito imobiliário pelas Caixas Econômicas e pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) ou por bancos incorporadores imobiliários.”

No período desenvolvimentista, outra política pública para habitação foi a Fundação Casa Popular (FCP). Tratava-se de uma nova política habitacional do governo, que procurava atender o direito social de habitação e centralizar a política habitacional brasileira. Segundo Villaça (1986), A FCP ocorreu em escala nacional, o qual, pela primeira vez, visava oferecer habitação para o povo em geral, além disso:

Propunha-se a financiar não apenas casas, mas também infraestrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas etc. Tais finalidades parecem indicar que houve avanços na compreensão de que o problema da habitação não se limita ao edifício casa, mas que houve pouco progresso na compreensão da faceta econômica e financeira da questão (VILLAÇA, 1986, p.25).

Segundo Bonduki; Koury (2014), a FCP contava com orçamento limitado, construindo em terrenos doados pelas prefeituras (que também ofereciam as infraestruturas e equipamentos urbanos), o que dificultava a qualidade total dos empreendimentos que, na maioria das vezes, eram casas térreas, por terem custo mais baixo, projetadas pelos arquitetos modernistas que trabalhavam nos órgãos estatais para habitação popular, os quais sempre tentavam aplicar os conceitos arquitetônicos modernistas. Para Bonduki; Koury (2014, p. 237), “a FCP propunha a formulação de uma política habitacional que pretendia ser universal, porém nunca pode ser concretizada”. A FCP entendia que não podia tutelar sobre os núcleos

¹⁹Isso é um exemplo do que deveria estar sendo feitos, atualmente, nos empreendimentos das políticas públicas para habitação de interesse social como o ‘*Minha casa minha vida*’, que somente constroem as habitações com tipologia padrão sem a preocupação de atender diferentes tipos de formações familiares, além de serem implantadas em áreas sem infraestrutura desprovidas de serviços e de acessibilidade urbana.

residenciais que eles promoviam, portanto, criaram diretrizes para que pudessem vendê-las para os moradores a quem foram destinadas. Apesar de possuir um orçamento enxuto, entendia que sua missão era promover o acesso a casa própria para os trabalhadores de baixa renda, deixando para o poder público municipal a responsabilidade de cuidar dos espaços e equipamentos públicos. Sendo assim, a FCP priorizou a construção de casas térreas unifamiliares em pequenos núcleos, pois possuía diretrizes voltadas para a produção de moradias de baixíssimo custo. A FCP construiu 164 núcleos habitacionais, nos quais 76% deles tinham menos de 100 unidades, pois procuravam soluções baratas, contudo, deveriam “ter um padrão mínimo compatível com a dignidade de pessoa humana” (FCP, 1953 apud BONDUKI; KOURY, 2014 p. 226).

Com os IAPs e a FCP, muitos e importantes conjuntos habitacionais foram realizados seguindo os preceitos de arquitetura moderna que pregava, além das habitações, equipamentos de uso coletivo e serviços próximos ao empreendimento, como no exemplo de Pedregulho e Paquetá. Infelizmente, eles fracassaram devido à desorganização dos grupos interessados e por não se comunicarem com o governo para, juntos, praticarem uma política social, além de utilizar serviço para fins políticos, justamente num momento em que a população do Brasil crescia demasiadamente e necessitava de habitação, principalmente a classe de baixa renda. Sobre as políticas públicas de habitação tem-se:

Os IAPS podem ser considerados bons exemplos, pois foram incorporados com ideais modernistas, onde estavam presentes nos conjuntos habitacionais, além das residências, espaços comunitários, de lazer e serviços. Ainda, esses conjuntos se destacam pela sua implantação em áreas consolidadas e não na periferia urbana. Quando o BNH iniciou suas atividades no setor habitacional, o problema da moradia já estava bastante agravado no país e, assim, as principais críticas à sua atuação são de conjuntos habitacionais construídos sem qualidade urbanística e/ou arquitetônica, apenas para resolver o problema habitacional em números e não em eficiência e qualidade. (MARICATO apud BOLFE; RUBIN, 2014, p. 212).

Observa-se, portanto, que, no Brasil, a questão da moradia no período desenvolvimentista esteve vinculada à arquitetura modernista e às políticas públicas, as quais nem sempre atenderam plenamente o problema do *déficit* habitacional e outras questões, como infraestrutura, mobilidade, serviços urbanos apesar de haver casos de sucesso com Pedregulho e Paquetá, tratados nesta dissertação, entre outros.

Atualmente existe o Estatuto da Cidade²⁰ que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regula o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental²¹. Porém, o que se vê, geralmente, são práticas que não atendem a essa lei e não satisfazem as necessidades mínimas dos cidadãos para o bem viver.

Os projetos de habitação popular, na década de 1930, dependiam de iniciativas do Estado. Assim, a arquitetura moderna envolve-se na discussão para se conceber novos modos de construção, com novos materiais, para desenvolver novos modos de morar dignamente. No governo de Vargas foram iniciadas as intervenções para a questão do *déficit* habitacional no país.

Sobre os empreendimentos de moradias realizados pelo governo, entre as décadas de 1930 e 1960, Segawa afirma:

Filiavam-se ao ideário do urbanismo racionalista, caracterizando os conjuntos habitacionais como um modelo completo de organização de cidade: a teoria do urbanismo moderno aventava um ideal de território com o controle público da posse da terra, da abolição da divisão de terras em lotes, a valorização do espaço público em detrimento do espaço privado. Preconizava o fim da exploração intensiva e desordenada do solo, mediante a disciplina dos espaços, segundo uma lógica do bem-estar coletivo dos habitantes sobrepujado os interesses individuais (SEGAWA, 2008, p. 321).

O arquiteto moderno Walter Gropius (1972, p. 193) também discutiu sobre a moradia popular e defendia a ideia de que a casa é um elemento importante da vida dos homens, assim como as vestimentas, os automóveis, e essa moradia deveria ser produzida em série, sem, contudo, impedir a construção de diferentes tipologias, respeitando e adaptando ao tamanho das famílias com investigação sociológica. Essa então seria uma nova concepção de construção de moradia, premissas que foram utilizadas nos conjuntos habitacionais de Paquetá e Pedregulho.

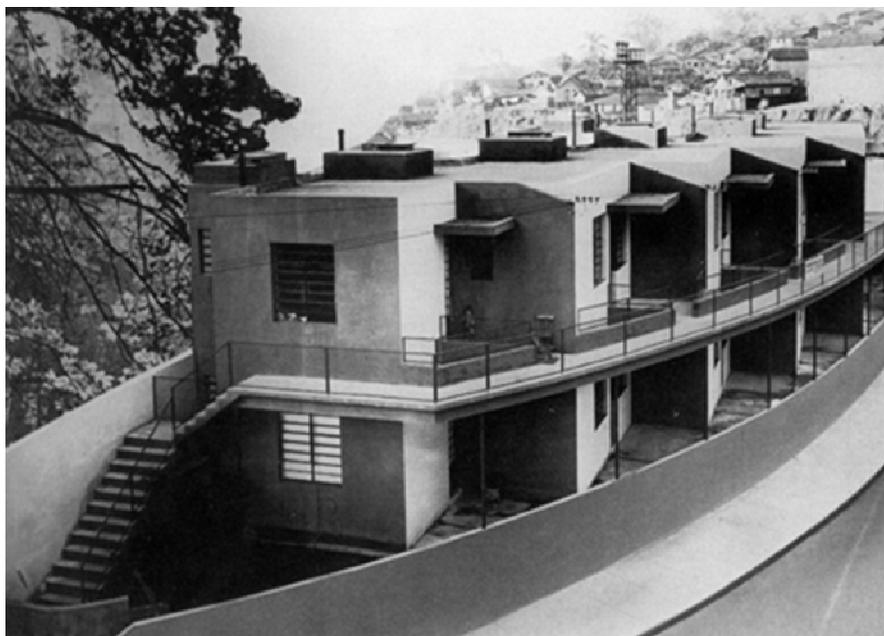
Os arquitetos modernos que trabalhavam para projetar as habitações populares desenvolviam projetos e obras seguindo os preceitos de Walter Gropius, Le Corbusier, a fim de que a moradia pudesse se tornar instrumento de transformação social, na crença de que com ela os moradores adquirissem dignidade.

²⁰ Estatuto da Cidade é denominação da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183, da Constituição Federal.

²¹ Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em dez. 2015.

Os apartamentos da vila operária de Gamboa foram projetados por Lucio Costa e Warchavchik, no Rio de Janeiro, em 1931²²:

Figura 22 – Conjunto Habitacional da Gamboa



Fonte: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa>> Acesso em dez. 2015.

O Conjunto da Vila operária de Gamboa tem sua importância por ser um dos primeiros exemplos de habitação destinados à classe operária no Brasil. Além de ser o primeiro dessa categoria, demonstrou a possibilidade de se usar elementos de uma linguagem moderna para habitação de baixo custo e rapidez na construção.²³ Outros belos exemplos de arquitetura moderna aplicados em conjuntos de habitação popular no Brasil são Pedregulho e Paquetá.²⁴

²² Outras fontes pesquisadas citam este projeto em datas diferentes: 1932 ou 1934.

²³ Esta obra de Gamboa ainda existe, porém, em péssimo estado de conservação.

²⁴ Essas obras serão apresentados no capítulo 3.

CAPÍTULO 3: O MORAR BRASILEIRO E A ARQUITETURA MODERNA

No terceiro capítulo são aprofundadas a questão e os conceitos de moradia/habitação, do paisagismo e a relação da moradia com a cidade, dissertando sobre a casa brasileira dos anos 1930 a 1960 influenciada pela arquitetura modernista através das propostas desenvolvimentistas que permeou a elite, a classe média e a habitação popular, esta última, especificamente abordada por meio das experiências dos Conjuntos Habitacionais de Pedregulho e Paquetá.

3.1 Moradia/habitação

A palavra habitar tem como definição na língua portuguesa: “1. Ocupar como residência; residir. 2. Tornar habitado. 3. Ter hábitat em. T.c. 4. Habitar. T.i. 5. Morar (com alguém)”. Residir apresenta como algumas de suas definições: “2. Acontecer; estar presente; [...] 3. Achar-se; ser; estar”. Estar presente, achar-se, ser e estar, neste contexto, referem-se ao homem e na sua capacidade de habitar. Para nós, o homem constrói para habitar e não habita para construir.²⁵

Para Rossi (2005, p. 42), o espaço habitado é revelador sobre a dinâmica da sociedade. Além disso, ele diz que a representação da casa “por outro lado, a residência, que representa o modo concreto de viver de um povo, a manifestação pontual de uma cultura, modifica-se muito lentamente”.

A casa, para Heidegger (apud HARVEY, 2005, p. 200): “é o espaço fundamental para a memória – uma das maiores forças de integração dos pensamentos, lembranças e sonhos da humanidade. Porque é dentro desse espaço que aprendemos a sonhar e a imaginar.”

Viollet-le-duc (apud ROSSI, 2005, p.80), em seu afresco da arquitetura francesa, escreve: “A arte da arquitetura, a casa, é certamente o que melhor caracteriza os costumes, os gostos e os usos de um povo.”

Rego (2003, p. 293) disse que, na relação do homem com a paisagem, a casa serviu de abrigo para proteção do homem contra a mata, funcionava mais como abrigo. Ele afirma que “a casa brasileira, no princípio, não foi uma morada, mas uma espécie de trincheira. Os jesuítas construía suas missões em blocos quadrados, militarmente

²⁵FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1988, p. 359.

alinhados”. Segundo o referido autor, o homem sofria com medo de onças e ruídos da terra. Depois de muito tempo, quando pode escolher uma tipologia de habitação, esta não seria íntima com a paisagem, “as casas-grandes dos engenhos das fazendas, os sobrados das cidades, não procuraram intimidade com a natureza”.

Rego (2003, p. 296) acredita que as construções mais modernas auxiliaram a aproximação do homem com a natureza. A casa, portanto, transformou-se em elemento vital, a casa brasileira “vai buscar na paisagem todos os elementos essenciais para ser original, agradável e bela”. Esse autor demonstra, assim, como a casa se transforma conforme o contexto histórico, social, econômico e político da época.

A casa também pode ser vista como local de reprodução e sobrevivência da força de trabalho, também como o reflexo das transformações sociais que provocam novas formas de morar, como exemplifica Carvalho (2003, p.53): “A evolução das condições econômicas, religiosas e sociais do mundo transformou o valor da habitação do homem.” Além disso, a casa pode ser interpretada como território, pois é permeada por relações de poder, dominação e subordinação.

Sobre o conceito de habitar, o filósofo alemão Heidegger (1889-1977), citado por Choay (2005, pp. 345-350), procura elucidar o ‘habitar’. Ele desconstrói a abordagem histórica e, conforme uma base etimológica, revela a riqueza do habitar: uma ocupação que viabiliza o ser autêntico “como qualquer outra atividade verdadeira, habitar fundamenta o ser do homem.”

Como já foi discutido, Corbusier foi um urbanista progressista, Heidegger, por sua vez, faz uma abordagem crítica das teorias corbusianas em seus ensaios no sentido de que, se para Le Corbusier, a casa é uma máquina de morar, ela “se reduz a uma relação de utilização. Esses critérios aplicam-se tanto a moradia individual, a casa, quando a morada coletiva, a cidade.” (CHOAY, 2005, p. 345).

Ao contrário de Le Corbusier, para quem a casa seria uma “máquina de morar”, outros autores dizem que a questão do habitar vai além do sentido de ocupar um espaço residencial. Se Le Corbusier possui uma orientação de um urbanismo progressista, Choay defende que a orientação ideológica de Heidegger seja culturalista, pois entende que questões de habitar a casa e a cidade são aberturas para o “ser”.

Para Heidegger, habitar vem do construir (que na tradução alemã não significa somente construir, mas sim cultivar, habitar). Sendo assim, habitar, em qualquer caso, seria a

finalidade de qualquer construção, serve de exemplo uma fábrica. Embora não seja uma moradia, seu funcionário, ali presente, pode sentir-se em casa.

Disse Heidegger que não se habita porque se construiu, mas se constroem enquanto habitam. Sem entrar nas questões semânticas explicadas por ele, a ideia resume-se da seguinte forma:

O traço fundamental da habitação é esse cuidado. Ele penetra a habitação em toda sua extensão, esta extensão faz com que, a partir do momento em que pensamos nisso, a condição humana resida na habitação, no sentido de estada na terra dos mortais. (CHOAY, 2005, p. 348).

Em outras palavras, segundo Heidegger, para sermos precisamos habitar, “habitar é o traço fundamental do ser” e, sendo assim, para esse autor, a casa não pode ser simplesmente uma máquina, como prega Corbusier.

Outro fator a ser discutido sobre moradia é que, do ponto de vista das políticas públicas, a moradia é um direito humano; do ponto de vista econômico, mercadológico, ela é um bem, portanto existe aí uma questão: se a moradia é um direito, ela deveria existir para todos os cidadãos, porém se é um bem, como, num sistema capitalista, possuir esse bem? Serão revisados autores que analisam esses fatos e fazem uma abordagem teórica em torno dessa discussão.

Castells é um desses autores que discute sobre a questão urbana e assim analisa a moradia:

Tratamos a moradia como um bem, analisamos as condições em que se produz e estudamos as causas e conseqüências de sua escassez e as diferenças na distribuição social da penúria, será preciso acrescentar uma análise das formas da habitação, dos papéis e dos status que ela fundamenta, tal como assinalamos? Sem dúvida, mas essa análise não constitui o prolongamento “sociológico” da análise “econômica” precedente; ela é sequência lógica, pois estudar o processo de produção de um bem significa estudar igualmente suas formas, se aceitamos a hipótese de que elas são um produto ideológico (da mesma categoria que a arte) e que esta ideologia se justifica e existe, na medida em que ela reforça a função social que produziu o bem ao qual ela dá forma. (CASTELLS, 2000, p. 246).

Os arquitetos modernos trataram a moradia, principalmente a de baixo custo, como justificativa ideológica de sua atuação e, a partir dela, a estética configura-se como ética, em busca de atingir o social.

Rolnik (2011, p.37) afirma que a moradia não pode ser analisada somente como um espaço físico, um objeto, um teto, ela vê “a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à saúde. É nesse sentido que a moradia faz parte dos direitos econômicos, sociais e culturais.” Essa autora defende que a moradia seja adequada e, para que isso ocorra, a partir da casa, “deve ser possível acessar uma rede de

equipamentos de saúde, de educação, de cultura, que permita a família que mora ali naquela moradia as possibilidades de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social” (ROLNIK, 2011, p.39). Além disso, Rolnik (2011, p.41) ainda faz a seguinte crítica: “a noção da moradia como um direito humano se contrapõe à visão da moradia como mercadoria e como um ativo financeiro e se afirma com a ideia da moradia como uma política social.”

A moradia é um direito humano universal e foi reconhecida como tal em 1948, com a declaração universal dos direitos humanos. É um dos direitos fundamentais da vida das pessoas e, sendo assim, os Estados devem obrigatoriamente promovê-la e protegê-la. Para Saule Junior (1999, p.64), “o direito à moradia foi reafirmado como um direito humano, o que significa que os Estados nacionais têm obrigações e responsabilidades para assegurar esse direito”.

Sobre a moradia adequada, tem-se que esta deve ser e/ou possuir: segurança da posse, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, custo acessível, habitabilidade, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, localização adequada²⁶ e adequação cultural. Sobre a questão do direito à moradia, o Estado tem a seguinte obrigação:

Promover e proteger o direito à moradia e de intervir e regulamentar as atividades do setor privado referente à política habitacional, como a regulamentação do uso e acesso a propriedade imobiliária, em especial a urbana, de modo que atenda sua função social, regulamentar o mercado de terra, dispor sobre sistemas de financiamento de habitação de interesse social. Regulamentar e dispor sobre o uso do solo urbano, sobre o direito de construir. (SAULE JUNIOR, 1999, p. 123).

Sobre a moradia, na década de 1960, houve uma pesquisa que revelou ser a casa própria o maior sonho da população brasileira:

Uma extensa e profunda pesquisa realizada por Loyd A. Free, no Brasil, em 1960, sob o patrocínio de *Institute for International Research*, sobre as aspirações pessoais e as atitudes políticas da população brasileira, revelou que a casa própria era a principal aspiração das populações brasileiras. O mesmo estudo mostrou também que havia uma elevada correlação estatística ente a propriedade da habitação e atitudes políticas conservadoras. (BOLAFFI, 1982, p. 43).

Pode-se observar que, além da moradia ser um direito humano, um bem material, um objeto mercadológico, de ser um espaço construído de especulação imobiliária, para Bolaffi (1982, p.43), essa consideração vai além: “subjetivamente, a aquisição de um imóvel

²⁶Para ser adequada, a moradia deve estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social.

se constitui na principal evidência de sucesso e da conquista de uma posição social mais elevada.” Sendo assim, vítima da especulação imobiliária e dos interesses políticos e econômicos do sistema capitalista, a ocupação urbana pelas habitações refletem uma segregação espacial, como explica Singer:

Como o terreno urbano e a casa são objetos do sistema, assim o mercado imobiliário funciona de modo que a ocupação das melhores áreas urbanas com serviços e infraestrutura urbana são ocupados pela classe de renda mais alta, pois como é um mercado, esta camada pode pagar pelo preço alto demorar, com isso a camada da população de renda mais baixa, fica segregada em áreas com piores serviços ou desprovidos deles. (SINGER, 1982, p.27).

A citação acima demonstra que a moradia não está isolada do seu contexto histórico, político econômico e social e, mais ainda, está relacionada com o paisagismo e com a cidade.

3.2 O paisagismo, a moradia e a cidade

As cidades brasileiras transformaram-se e modernizaram-se no período desenvolvimentista brasileiro, assim como as formas de morar, principalmente nos grandes centros urbanos. As intervenções políticas e as inovações da ciência e da técnica foram implementadas em busca de desenvolvimento e modernização com o objetivo de se modernizar também o cidadão brasileiro através dessas transformações que, conseqüentemente, mudaram também a paisagem da cidade.

A renovação urbana das cidades brasileiras, nas décadas de 1930 a 1960, não apenas transformou os espaços construídos de morar como também os espaços públicos urbanos, principalmente com ênfase no paisagismo. Os projetos de jardins de Roberto Burle Marx, personagem importante do paisagismo moderno brasileiro, acompanharam os melhores e mais simbólicos projetos e obras do período, principalmente os citados neste trabalho, como o edifício do MES, o Aterro do Flamengo, Pampulha, Brasília, Pedregulho, tendo sido expressados e admirados internacionalmente. Burle Marx (que era arquiteto, paisagista, escultor, pintor) redescobriu a flora brasileira, sendo que, pela primeira vez, utilizaram-se espécies nacionais num jardim público (edifício do MES – figura 10). Os jardins públicos nas cidades modernas foram muito importantes para integrar o homem ao meio ambiente e até hoje a questão das áreas verdes são discutidas e necessárias, principalmente nos grandes centros. Para Burle Marx, o jardim ajuda a viver, não constituindo um elemento de luxo.

Outra obra significativa do pensamento urbanístico moderno – que foi utilizada no período das políticas desenvolvimentistas brasileiras para se modernizar as cidades – foi o Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro (Figuras 23 e 24). Idealizado no governo de Carlos Lacerda, foi projetado entre os anos de 1954 a 1959, e construído nos anos 1960. A ideia era de que se fizesse uma área de lazer pública, na orla marítima, que exaltasse o paisagismo de Burle Marx. Esta área foi aterrada com o desmonte do morro de Santo Antônio, num grande plano de reestruturação urbana que abrangia também a circulação viária e os espaços de lazer para uma população de alta densidade demográfica naquela região, demonstrando a transformação urbana para um ideal de modernidade na paisagem urbana, refletindo as transformações sociais pelas quais o país passava. Esse espaço é, até hoje, um dos projetos urbanísticos e paisagísticos mais conhecidos, bonitos, funcionais e importantes criados no Brasil, com projeto urbanístico de Reidy e paisagístico de Burle Marx.

Este aterro, que se transformou em parque, cujo nome oficial é “Parque Brigadeiro Eduardo Gomes”, foi uma importante e ampla experiência moderna no âmbito urbano e paisagístico, pois possui equipamentos urbanos como o Museu de Arte Moderna, aeroporto, entre outros. Favoreceu o tráfego, a conexão viária, o lazer e permitiu o uso coletivo e democrático do espaço público.

Figura 23 – Vista aérea do Aterro do Flamengo



Fonte: <<http://www.riofilmcommission.com/locacao/aterro-do-flamengo>> Acesso em dez. 2015.

Figura 24 – Vista geral do Aterro do Flamengo



Fonte: < <https://www.flickr.com/photos/claudiolara/3788270843/in/photostream/> > Acesso em dez. 2015.

Em relação ao paisagismo, Cavalcanti e Dahdah (2009) contam que, anteriormente ao período modernista, os jardins das casas, principalmente das casas nobres, não utilizavam das espécies nativas brasileiras, mas sim copiavam um estilo de topiaria francesa, sempre no espaço entre a construção da casa e a rua, ou seja, entre o público e o privado, já no espaço dos fundos do terreno por detrás da casa havia os quintais com os pés de frutas e arbustos nativos.

Uma inovação no paisagismo doméstico ocorreu nas casas modernistas construídas em São Paulo, por Warchavchik. Sua esposa Mina Klabin reformulou o modelo de jardins e saiu da estética colonial, que era predominante, e passou a utilizar plantas brasileiras e jardins tropicais, contribuindo para uma maior integração entre casa e jardim. Segundo Cavalcanti e Dahdah (2009, p. 198), “críticos elogiaram e comentaram o hibridismo local-modernista da composição Klabin-Warchavchik”.

Já o urbanismo, referente aos anos de 1930 a 1960, obedecia aos preceitos de higiene, conforto, elegância e embelezamento definidos pelos CIAMs e pela Carta de Atenas. Eram os ares modernos alimentando a população, no momento da transição do século XIX para o XX, no qual o urbanismo começava aparecer no Brasil, assim como as obras arquitetônicas modernistas nas primeiras décadas até meados do século XX.

Os novos materiais industrializados viabilizaram formas diferentes rumo a uma cidade moderna, principalmente as estruturas de ferro e o concreto armado. Considerados materiais estrangeiros pelos arquitetos, em 1926, já operava no Brasil a companhia de cimento

Portland, sua produção aumentaria muito a partir 1930, assim como o ritmo de construção civil.

O dinamismo urbano existente na cidade é reflexo de movimentos sociais, políticos e econômicos. O período modernista foi determinante na transformação das formas, como demonstra a citação:

Formas, estruturas, funções urbanas (na cidade, nas relações da cidade com o território influenciado ou gerido por ela, nas relações com a sociedade e o Estado) agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento de hoje construir e dominar. Toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio. Seus fragmentos e restos serviram em seguida para/em outras formações (LEFEBVRE, 2004, p. 54-55).

Para Carvalho (2003), a cidade também é a casa do homem, pois este permanece cada vez menos tempo no interior das habitações. Para Santos (2008), com as inovações nas técnicas da produção agrícola, as cidades começaram a se formar e com o excedente agrícola muitos partiram do campo para morar na cidade se ocupando de outras funções. A cidade, portanto, impulsiona o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas, pois congrega diversos tipos de profissões e atividades. Somekh (1997, p. 29) cita que sob o enfoque marxista a cidade:

É o resultado da concentração da força de trabalho e do capital. Suas transformações socioespaciais são reguladas pela lógica da acumulação de capital. O resultado deste processo é o desenvolvimento desigual e a disseminação de injustiças sociais, distribuídas tanto espacialmente quanto demograficamente.

A cidade é resultante de processos capitais que transformam sua paisagem e podem promover também uma desigualdade social e espacial. Para os autores Gist; Halbert (1961, p. 355), o meio ambiente da cidade produz seus habitantes assim como seus valores e suas atividades. Já Singer (1982) defende que a cidade é um aglomerado humano exercendo diferentes atividades, sendo o solo urbano disputado e pautado pelo capitalismo, que gera lucro, pois domina o processo social de produção. Sendo assim, para Paul Singer, esta cidade capitalista:

Não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável a ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. (SINGER, 1982, p.33).

Vê-se, portanto, que no espaço urbano atuam diferentes atores sociais, o que gera disputa por sua ocupação, produzindo desigualdades e transformando a paisagem.

Argan (2005, p. 255) acredita que “a cidade está para a sociedade assim como o objeto está para o indivíduo. A sociedade se reconhece na cidade como indivíduo no objeto; a cidade, portanto, é um objeto de uso coletivo.” Além disso, ele defende que a cidade se identifica com a arte, pois ela torna-se convergente de todas as técnicas artísticas, portanto, quanto mais valores estéticos ela possuir mais vida terá.

A relação da moradia/casa e a cidade é muito intensa. Para Rossi (2005, p. 80), “a cidade sempre foi amplamente caracterizada pela residência.” Sendo a residência um fato do espaço urbano, a forma das edificações está relacionada também ao aspecto morfológico da cidade. Rossi (2005) afirma que a localização da moradia na cidade depende de diversos fatores, entre os quais o econômico seria o mais determinante, sendo que a tipologia das habitações também está condicionada à questão econômica. O autor conclui que “o estudo da residência pode ser um bom método para o estudo da cidade e vice-versa” (ROSSI, 2005, p. 84).

Para Le Corbusier (1979), uma nova forma de habitar, o modelo de moradia ideal ocupando uma cidade ideal, seria tipo radial, com habitações e equipamentos que funcionassem para garantir um dia útil aos habitantes e as residências deveriam ser implantadas em um parque, num mesmo terreno, onde houvesse centros desportivos, creche, escolas, clube. Pensava em construções necessárias a vida humana e no uso coletivo dos espaços, numa perspectiva de comunidade.

Já nas primeiras décadas do século XX poderia ser vista a imagem da cidade transformada pela modernização dos modos de construção, os altos edifícios viabilizados pelo concreto armado, a partir dos anos 1930, a presença de arranha-céus, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, tal qual o edifício Martinelli (com trinta andares), a cidade estava em plena expansão.

3.3 A casa modernista brasileira dos anos 1930 aos 1960

A habitação moderna foi proposta após a primeira guerra mundial, na Alemanha, depois na França, como decorrentes de ideologias, de políticas e conjunturas econômicas, dos avanços tecnológicos oriundos a partir da industrialização, ocorrida inicialmente na Inglaterra, França, Alemanha. Essa proposta era uma divisão burguesa da casa, em que a tripartição

burguesa (área social, área íntima, área de serviços) foi substituída por uma centralização da cozinha e pela bipartição dia/noite, principalmente por causa dos novos modos de vida de uma sociedade emergente, como cita Tramontano (1993, p.1): “Ao mesmo tempo, diversos progressos técnicos permitiriam que as cargas dos edifícios deixassem de ser suportadas pelas paredes divisórias: a planta livre e a estrutura independente, aliadas ao esforço de estandardização e produção em série.”

Essa habitação moderna tem seus princípios resumidos por Le Corbusier como “*Lescinq points de l’architecture nouvelle*”, publicado em 1926, em que as difundiu durante suas viagens e conferências, além de seus projetos e artigos escritos.

Em relação à moradia modernista, os arquitetos buscavam a melhoria da qualidade de vida através da habitação. A Carta de Atenas sugere que a moradia deveria receber insolação mínima, afastar-se do alinhamento das vias de modo a distanciar-se da poeira, gases tóxicos e ruídos; as construções mais elevadas distantes umas das outras, liberando o solo para áreas verdes; os locais de moradia e trabalho deveriam ficar próximos e as indústrias separadas dos setores residenciais por zonas verdes.

Segundo Galbieri (2008, p. 3), a Carta de Machu Picchu, redigida no encontro do CIAM, em 1977, prega:

A casa popular é um instrumento de desenvolvimento social e o projeto da casa, de modo geral, deve ser flexível a dinâmica social. A integração deve regular a localização, sem impor, entretanto, distinções inaceitáveis para a dignidade humana.

Além disso, esse documento diz que, em relação à moradia, os espaços habitáveis devem ser concebidos de forma a considerar a comunicação humana objetivando na cidade a qualidade de vida e a integração com ambiente natural.

A respeito da habitação moderna, Tramontano (1993, p.1) afirma:

Às portas do século 20, a ideia de que o modelo da família moderna é o da família nuclear parece ser aceito por todos os estratos da sociedade urbana europeia. A esta família privatizada corresponde uma concepção de habitação extremamente compartimentada e setorizada: a moradia burguesa do século 19 definirá zonas *de prestígio* – as salas –, zonas *de exclusão* – as cozinhas, banheiros e quartos de empregados –, e zonas *íntimas* – os quartos de dormir da família.

Figura 25 – Interior da Casa de Vidro



Fonte: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-12802/classicos-da-arquitetura-casa-de-vidro-lina-bo-bardi>> Acesso em dez. 2015.

Figura 26 – Fachada da Casa de Vidro



Fonte: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-12802/classicos-da-arquitetura-casa-de-vidro-lina-bo-bardi>> Acesso em dez. 2015.

A Casa de Vidro, em São Paulo (figuras 25 a 28), projetada por Lina Bo Bardi, inspirada nos princípios da casa modernista, pregada na Carta de Atenas, que funcionou como residência da própria arquiteta, é considerada um ícone da arquitetura moderna no Brasil. Construída entre 1950 e 1951, era local de encontro de artistas, intelectuais que discutiam cultura, ideologia, sociedade. A Casa de Vidro de Lina, além das prerrogativas da Carta de Atenas, é outro exemplo de obra que segue os princípios modernistas preconizados por Le Corbusier: os pilotis, planta livre, panos de vidro, janelas em fita, fachada livre e integração com a área externa e o paisagismo nativo, incitando uma nova forma de morar.

Figura 27 – Vista interna da Casa de Vidro



Fonte: <<http://panoptiart.tumblr.com/post/117565993686/casa-de-vidro-lina-bo-bardi-bairro-morumbi-s%C3%A3o>> Acesso em dez. 2015.

Figura 28 – Detalhe interno da janela, pilar e jardim da Casa de Vidro



Fonte: <<http://panoptiart.tumblr.com/post/117565993686/casa-de-vidro-lina-bo-bardi-bairro-morumbi-s%C3%A3o>> Acesso em dez. 2015.

Em se tratando de modos de morar, na fase da arquitetura modernista, no período desenvolvimentista brasileiro, uma nova forma de morar se instituiu: os edifícios de apartamentos, a moradia vertical. Com a expansão do capitalismo, as transformações sociais e urbanas devido à industrialização e crescente urbanização, desenvolvimento da tecnologia e novos materiais, surgiram as residências verticais, os prédios de apartamentos, representando a modernidade e o progresso juntamente com a exaltação do uso do automóvel. Com os novos materiais como a estrutura metálica (advindo da escola de Chicago) e o concreto armado

(desenvolvido por Auguste Perret na França) chegados ao Brasil a partir de 1920, foi possível a execução de edifícios altos, os quais simbolizavam modernidade e poder, era o início da verticalização.

Por se tratar de moradia moderna vertical, o edifício Copan (figura 29) é emblemático na cidade de São Paulo por seu tamanho e formas sinuosas. Possui cento e quinze metros de altura e foi projetado por Oscar Niemeyer, em 1951.

Figura 29 – Edifício Copan



Fonte: <<http://www.arquitectura-urbana.com>> Acesso em dez. 2015.

Esse processo de verticalização se manifesta a partir da década de 1920, porém, é mais significativo na década de 1930. Na cidade de São Paulo, o edifício Martinelli e o edifício Esther são exemplos dessa fase. Para Somekh (1997, p. 82), “a verticalização é entendida como resultado da multiplicação do solo urbano possibilitada pelo elevador.”

Os arquitetos modernistas, assim como o Estado – que no período desenvolvimentista anunciava a construção de um capitalismo industrial e a modernização – afirmaram um novo tipo de construção: os edifícios de apartamentos residenciais e, conseqüentemente, uma nova forma de morar. Segundo Galesi; Campos²⁷:

A arquitetura racionalista permitiu conciliar o aproveitamento intensivo do solo e a provisão de espaços de qualidade, trazendo uma estética coerente com as aspirações

²⁷Fonte: Artigo eletrônico do DOCOMOMO (*International Working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighborhoods of the modern movement*).CAMPOS Neto, Candido Malta; GALES, René. “Modernismo e urbanidade: os pioneiros da moradia vertical em São Paulo”. Disponível em:<<http://www.docomomo.org.br/>>. Acesso em: 15 jun.2015.

de modernidade urbana, industrial e metropolitana que legitimavam recurso a moradia em altura.

No período entre guerras, as novas soluções arquitetônicas propostas oferecidas para a moradia urbana pelos modernistas superou modelos antigos, como neoclássicos, os palacetes, maximizando o aproveitamento do solo e abrindo espaços de maior qualidade, preocupando-se com a questão da inserção urbana. Isso foi ótimo para as elites capitalistas, que conseguiam obter lucro com especulação imobiliária, com moradia vertical nos edifícios de apartamentos.

A opção de moradia vertical, com arquitetura racionalista simbolizando o moderno, foi um empreendimento para as classes médias, porém a população de baixa renda, com o crescimento urbano e a industrialização, estava indo para a periferia e fazendo uso da autoconstrução, demonstrando segregação espacial.

Para Somekh (1997, p. 23), 1920 a 1939 foi o primeiro período em que “a cidade reproduzia predominantemente padrões europeus no espaço urbano. A verticalização surge na área central e se expande para bairros lindeiros, é terciária e suas unidades são alugadas”.

Já o período de 1940 a 1956 consolidou-se como segundo período da verticalização, com características ascendentes, que começa com a implantação do registro de elevadores e vai até antes da primeira limitação do coeficiente de aproveitamento dos terrenos. O padrão de construção valorizado na cidade passa a ser o norte-americano. É desse período a maioria das kitchenettes existentes nas cidades.

O espaço é produzido pela sociedade e o Estado é um dos agentes que produzem o espaço. Sendo assim, a legislação urbanística e o desenvolvimento da economia colaboram na produção desta nova forma demorar. Somekh analisa que, dos anos de 1957 até 1966 (terceiro período da verticalização), ocorre uma ação do Estado que limita a verticalização:

A verticalização e o automóvel, quando a ênfase do crescimento industrial está voltada para setores, como o automobilístico, definido um novo tipo de ocupação. O Estado limita pela primeira vez o coeficiente de aproveitamento, estabelecendo uma cota mínima que define o tamanho dos apartamentos, selecionando, em consequência, a classe de renda consumidora. As kitchenettes dão lugar a construção e grandes conjuntos residências. (SOMEKH, 1997, p. 24).

A verticalização, que ocorreu primeiramente nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, marca a representação simbólica da modernização urbana, além de ter visado investimentos imobiliários. A verticalização de São Paulo, estimulada desde sempre,

passa a ser limitada a partir de 1957 e novamente em 1972, através da legislação urbanística. O resultado foi denominado desverticalização (SOMEKH, 1997, p. 20).

O primeiro edifício residencial moderno paulistano data de 1927. Para se estabelecer como uma cidade moderna, ela deveria possuir edifícios de apartamentos residenciais; os arquitetos modernistas corroboraram para que isso ocorresse. A economia nos países periféricos importou a modernidade através de padrões de consumo e comportamento, demonstrados muitas vezes através do cinema. Segundo Campos; Galesi²⁸, a mudança nos padrões de urbanização foi envolvida pelo simbolismo do arranha-céu e do automóvel – fenômenos tipicamente norte-americanos.

Somekh (1997) cita que, além do concreto armado, a industrialização permitiu a verticalização cada vez maior com o uso de elevadores. Os primeiros moradores eram profissionais liberais, homens, jornalistas, artistas e outros identificados com moradia prática, cidadina e *up-to date*.

Estes edifícios foram a expressão de crescimento econômico, de poder, de um crescimento urbano positivo. Nessa ocasião, entraram em cena jovens arquitetos, como Álvaro Vital Brazil, que se tornou um dos pioneiros da arquitetura modernista brasileira, aluno de Affonso E. Reidy. O edifício Esther (figura 30), na Praça da República em São Paulo, projetado por ele tinha funcionalismo utilitário e maquinista associado pelo modernismo que buscava deliberadamente imagem da modernidade, obtida com linguagem da era industrial. Esse edifício foi o primeiro construído no Brasil com estrutura independente de concreto.

²⁸ Idem 26.

Figura 30 – Edifício Esther

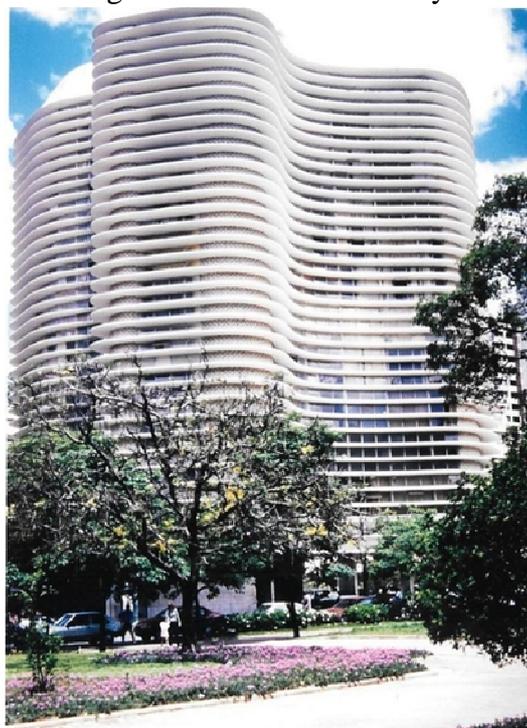


Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/05/1626485-arquitetura-social-perdida-o-dilema-da-moradia-popular.shtml>> Acesso em dez. 2015.

O referido edifício exemplifica a relação da elite com a imagem da cidade, pois o respaldo das elites progressistas, representada por industriais, banqueiros, diplomatas e outros, na contratação de jovens arquitetos modernistas seria responsável por algumas obras da arquitetura moderna brasileira. Além disso, o edifício Esther demonstra outro pressuposto do movimento moderno que tem a ver com a questão do espaço urbano: a intenção de não somente projetar o edifício, mas preocupar-se com todo seu entorno, todo o ambiente, desde o uso do lote até a estrutura urbana. Além disso, o edifício conseguiu realizar as exigências do programa e possibilitou um modernismo racionalista além de destacar os cinco pontos da nova arquitetura propostos por Le Corbusier.

Outro edifício de moradia vertical emblemático referente à arquitetura modernista brasileira no período desenvolvimentista que instala uma nova forma de se morar é o edifício Niemeyer, mostrado na figura 31.

Figura 31 – Edifício Niemeyer



Fonte: Fotografia da autora, ano de 2000.

Localizado na Praça da Liberdade, na capital mineira Belo Horizonte, é um edifício residencial de dez pavimentos, datado de 1954, onde seu criador Oscar Niemeyer colaborou com a modernização de uma nova forma de morar: a vertical, demonstrada através dos princípios da arquitetura modernista de traçados curvilíneos característicos da arquitetura modernista brasileira e do espírito da época da década de 1950, influenciados pela política desenvolvimentista, que através das novas formas e novas técnicas a expressão de um governo que buscava modernidade, progresso, crescimento urbano.

3.4 Arquitetura moderna para habitação popular, classe média e elite

No período da política desenvolvimentista, entre as décadas de 1930 e 1960, o projeto de desenvolvimento nacional contava com a contribuição da arquitetura e urbanismo, pois buscava um país industrial e moderno, não obstante que avançasse socialmente, por isso os projetos e obras de habitação popular foram tão importantes. Essas obras utilizavam preceitos modernos, pois, além da intenção de propaganda e expressão do poder do Estado, fazia-se necessário a diminuição do *déficit* habitacional e de modernizar as cidades também com as ideias do CIAM que, além de um projeto global modernizador para as cidades, tinha

como questão central construir em massa habitações para a classe trabalhadora, como demonstra:

A habitação passou a ter grande importância no cenário urbano e surgiram diversas especulações sobre a cidade, onde os projetos das unidades de habitação foram tidos como solução padrão. Com a visualização das deficiências e necessidades nas cidades, surgiram propostas e formulações para modificar seu quadro higiênico e solucionar o problema de falta de moradia para os trabalhadores. (RUBIN, 2013, p. 60).

O pensamento dos arquitetos modernistas era de que eles não precisavam fazer uma arquitetura pobre só porque seria utilizada pelos pobres, pois, quanto maior a qualidade da habitação dessa classe menos favorecida, maior seria sua autoestima e a elevação do sentido de cidadania.

A arquitetura modernista brasileira também se fez presente nas construções para a classe média e também para a elite.

Sobre a arquitetura moderna para a classe média, Lara (2005, p. 4) acredita:

A classe média urbana responsável pela maioria das casas objeto do nosso estudo deveria se identificar mais claramente com o lado progressivo da modernização. Mas isso não parece ser uma verdade absoluta, com os espaços internos conservadores triando tal imagem moderna e revelando suas raízes duplas.

Isso significa que o estilo tanto se difundiu que, mesmo que uma obra não fosse moderna por completo e possuísse uma planta tradicional, sua fachada se impunha como moderna, com elementos modernos para representação de uma ideologia moderna e de poder.

A figura 32 refere-se a uma casa projetada por Niemeyer para Prudente de Moraes Neto, construída entre os anos de 1943-1949, na cidade do Rio de Janeiro. Nela, o arquiteto usa, pela primeira vez, formas livres e orgânicas em uma casa, que possui sacada ancorada com tirante de aço, laje de concreto, persianas móveis, paredes curvas, enfim traços modernistas brasileiros e de vanguarda, pois poderia ser confundida com uma construção contemporânea. É uma casa luxuosa que integra espaços externos e internos, como jardins e salas.

Figura 32 – Casa da elite da década de 1940



Fonte: HESS; WEINTRAUB (2014, p. 62)

Tanto a camada de renda mais baixa da sociedade como a classe média e a elite introduziram a arquitetura moderna em suas moradias, incentivados pela política desenvolvimentista e os ideias de modernidade progresso pregados pelo Estado no período desenvolvimentista. Essa nova linguagem atingiu a todos, como cita Bahia (2011, p. 71): “Na construção e expressão da identidade nacional contou com a participação de artistas e intelectuais e, por meio do DIP e do Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Gustavo Capanema, articulou uma dupla estratégia voltada tanto para a classe popular, quanto para as elites.”

3.5 Conjuntos Habitacionais de Pedregulho e Paquetá

Além do citado Conjunto da Gamboa, foram escolhidos dois outros conjuntos habitacionais: Pedregulho e Paquetá, por serem experiências modernas em habitação popular no período desenvolvimentista e terem se tornado ícones da arquitetura moderna brasileira devido à sua importância histórica e arquitetônica, podendo exemplificar os temas de arquitetura moderna no período desenvolvimentista e as novas formas de morar. A dimensão social do papel da arquitetura é representada por essas obras especiais de habitação popular, ambas desenvolvidas pelo Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal (DHP).

3.5.1 Pedregulho

Na realidade, houve muitas outras obras de conjuntos habitacionais nesse período cujas formas eram modernas. O Estado dedicou a habitação popular como política pública de um governo que buscava a diminuição do *déficit* habitacional e uma transformação social no período desenvolvimentista brasileiro. Pedregulho, porém, por ser simbólico e monumental, é um exemplo da produção que ocorreu no país naquele período.

É uma obra de arquitetura modernista incomum nos projetos de habitação social, com os elementos típicos da arquitetura modernista brasileira, como o uso de curvas, elementos vazados, além da integração com artes plásticas. Esse empreendimento foi um ousado projeto no enfrentamento de problemas habitacionais. Além de ter sido reconhecido como um marco na ideia de habitação social em todo o mundo, Pedregulho ainda é uma proposta atual e provocadora.

O conjunto “Prefeito Mendes de Moraes”, conhecido como Pedregulho, situa-se no Bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. O seu projeto foi elaborado entre os anos de 1946 e 1948, sendo que a primeira parte construída foi inaugurada em 1950. Constitui a obra mais conhecida projetada pelo arquiteto Afonso Eduardo Reidy²⁹ e foi idealizada por Carmem Portinho, uma engenheira que dedicou quatorze anos de seu trabalho no Departamento de Habitação Popular (DHP) em prol dos ideais de moradias dignas para a classe trabalhadora. Le Corbusier, em uma visita, fez os maiores elogios, dizendo jamais ter tido ocasião de fazer uma obra tão completa como a que se realizou em Pedregulho.

Esse conjunto habitacional virou expoente de uma arquitetura moderna para uma nova ideologia do morar, inspirado nos ideais corbusianos pela sua forma diferente e grandiosidade e pelo seu valor simbólico, por se tratar de uma habitação voltada a uma população de baixa renda, o que foi motivo de extensas críticas devido à consideração de que o Conjunto de Pedregulho seria luxuoso demais para uma favela. Porém, para o DHP, a educação e normatização dos moradores através da habitação eram como um serviço de utilidade pública.

²⁹ Segundo Bonduki; Koury (2014) Reidy (1909-1964) sempre teve a carreira profissional voltada para o poder público (outro projeto seu de destaque é o urbanismo do Aterro do Flamengo, demonstrado nas figuras 23 e 24); considerado um dos maiores arquitetos brasileiros, os seus projetos eram voltados para a comunidade pois levava a sério a responsabilidade social da arquitetura, iniciou seus estudos na Escola Nacional de Belas Artes em 1926, trabalhou com o urbanista francês Agache na elaboração do Plano Diretor do Rio de Janeiro, foi funcionário da Prefeitura do Distrito Federal de 1932 a 1946, quando entra para o Departamento de Habitação Popular, sendo também diretor do Departamento de Urbanismo; entre 1930 e 1950 trabalhou nas mais importantes intervenções urbanas do Rio de Janeiro, contribuiu para o urbanismo modernizador baseado nas concepções da Carta de Atenas.

A obra de Reidy para Pedregulho pode ser identificada como obra de arte e também uma obra social, porque se diferencia de todos os outros projetos para o morar coletivo vistos até então. Pensando no modo democrático do viver, essa habitação seria o instrumento para a formação de um novo homem moderno que o espírito de época buscava. Foi um projeto e uma obra de vanguarda, pois, para a época de sua construção, um equipamento público socializado que serviria para a comunidade desenvolver as atividades físicas, por exemplo, era muito avançado. O referencial de Reidy sempre foi Le Corbusier e suas concepções urbanísticas pregadas na Carta de Atenas; em Pedregulho, Reidy usou das funções urbanísticas defendidas por Corbusier: morar, trabalhar, recrear e circular, além de utilizar obras artísticas para complementar e integrar a arquitetura e a vida dos habitantes, como os painéis de Portinari e os jardins de Burle Marx. Por conta disso tudo, Pedregulho ainda é atual e muito avançado, representando um exemplo para toda política habitacional.

A concepção de habitação popular para Carmem Portinho era:

As unidades de vizinhança autônomas e próximas ao local de emprego, moradia ligada diretamente aos serviços sociais, médicos educativos, entendidos como extensão da habitação, (...) separação entre a circulação de pedestre e o tráfego de veículos; serviço social permanente voltado a um novo modo de morar (...) (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 172).

A proposta para o Conjunto de Pedregulho era modernizar os espaços de morar, assim como priorizar os espaços de uso coletivo, ideia que a colaboração do serviço de assistência social buscou atender. Carmem Portinho defendia que a execução e o acabamento tivessem os mesmos padrões de edifícios públicos e privados. Em Pedregulho, foram utilizados materiais de construção e de acabamentos de primeira linha, pois não era por se tratar de conjunto habitacional para população de baixa renda que estes deveriam ser inferiores. Carmem queria que as necessidades básicas, tais como mercado, saúde, educação, lavanderia (para facilitar a vida da mulher), recreação fossem atendidas, com o intuito de a habitação funcionar como instrumento de educação e transformação social, inspirados também no conceito dos *neighbour hoods* ingleses com centros comunitários para fins sociais e culturais. Dessa forma, o trabalho assistencial foi de muita importância, pois os habitantes eram constituídos por diferentes arranjos familiares que ocupavam os apartamentos. No início, houve crises e desentendimentos, pois não estavam acostumados a uma vida em grupo e à utilização dos espaços de uso coletivos.

A realidade mostrou que muito da intenção de Portinho infelizmente não foi executada ou colocada em prática por questões políticas, falta de gestão, falta de regularização

e falta de manutenção, pois caberia ao poder público municipal garantir a limpeza e manutenção do prédio e dos equipamentos públicos, o que não ocorreu.

Pedregulho é contemporâneo de *Unite d'Habitation*, de Marseille, na França. Esse tipo de conceito integra em um único prédio, os apartamentos – ou unidades de habitação com as áreas de recreação, o comércio e equipamentos coletivos. Ambos tinham conceitos modernos de habitação coletiva, pois sintetizavam as novas ideias e técnicas construtivas, de sociabilidade dos espaços.

Sua construção foi realizada para servir de moradia para funcionários públicos de baixa renda e abrigar aproximadamente 2.400 pessoas. O projeto original que foi muito arrojado pela sua forma e por ser implantado em um morro, evitando-se o movimento de terra e possibilitando uma belíssima vista da paisagem carioca, porém foi necessário muito recurso financeiro e tempo. A obra demorou 15 anos para ser concluída; primeiramente, construíram-se os equipamentos de serviços e depois os blocos de apartamentos. Se fosse o contrário, os idealizadores acreditavam que, possivelmente, após as moradias prontas, não fosse concluído o restante. Pedregulho chama atenção pelo seu grande bloco de forma serpenteante, com 272 apartamentos distribuídos em sete pavimentos e mais outros dois blocos de habitação, que possuem 28 apartamentos cada um.

O projeto de Pedregulho contempla o grande bloco de forma curvilínea mais dois blocos retilíneos destinados à habitação, com diferentes tipologias (de um, dois ou até quatro dormitórios) e também um programa de equipamentos coletivos completos, tais como: escola, creche, centro de saúde, ginásio de esportes com piscina, *playground*, cinema, teatro, centro comercial e lavanderia coletiva. O bloco habitacional, na forma serpenteante, de 252 metros de comprimento que acompanha as curvas de nível de um terreno acidentado, é elevado do solo por pilotis, respeita a paisagem, além disso, possui outra característica corbusiana: o andar intermediário do bloco serpenteante funciona como uma via de circulação suspensa para os moradores, como se fosse uma rua dentro do edifício, ou seja, o público integrado ao privado.

A partir de 2010, iniciou-se a execução de reforma e recuperação dos espaços deteriorados. Em artigo de reportagem no sítio do UOL (universo *online*) e da Revista Veja Rio³⁰, sobre a restauração de Pedregulho, foi mostrado que, após quarenta anos sem manutenção, os prédios ficaram muito deteriorados, principalmente sua fachada, que já foi recuperada, a obra de reforma durou cinco anos (concluída em agosto de 2015). Atualmente,

³⁰ Data das reportagens: 03/06/2015 e 10/08/2015, respectivamente.

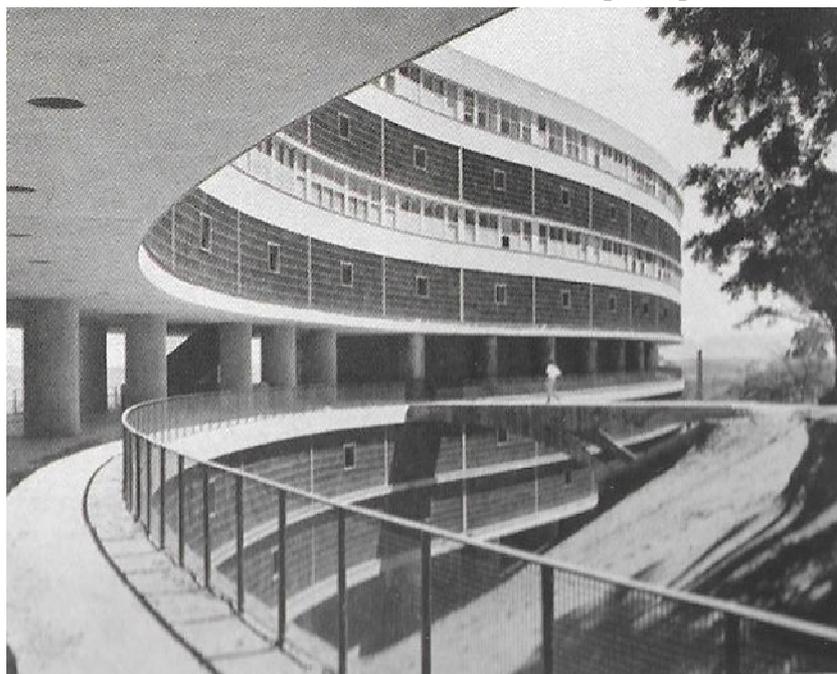
Pedregulho abriga aproximadamente 1.700 moradores que, em sua maioria, vivem lá desde a década de 1960, ocupando 328 apartamentos, os quais variam de 30 a 80 metros quadrados. As figuras 37, 38 e 39 ilustram a reportagem e referem-se ao conjunto recentemente, após sua restauração.

O projeto do conjunto residencial de Pedregulho foi premiado pelo júri internacional na 1ª Bienal de Arquitetura, pois Reidy realizou um projeto brilhante, sendo a sua construção um exemplo de uma obra social. Pedregulho ainda é uma referência no estudo da arquitetura modernista brasileira, no urbanismo, na valorização de espaços públicos, no acompanhamento de assistência social, na adaptação do projeto com tipologias diferentes para moradores diferentes, isso tudo ainda é pertinente com a realidade atual como demonstra a citação de Bonduki:

Trata-se de uma questão de grande atualidade. Os estudos sobre a situação habitacional contemporânea mostram que o número de membros por unidade domiciliar vem caindo aceleradamente no Brasil, alimentado pela presença crescente de casais sem filhos e por pessoas que vivem sós, homens e mulheres solteiros, separados, viúvos, articulados por arranjos familiares mais heterodoxos. Apesar disso, a política pública da habitação social no Brasil, salvo exceções, ainda não entendeu essa realidade e se comporta como se essas situações não existissem. (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 257).

Bonduki; Koury (2014) reforçam o que é visto na prática em relação à questão de Pedregulho ser um conjunto habitacional atual, pois recebe cerca de 10.000 visitantes por ano, estudantes e outras pessoas interessadas em conhecer de perto essa obra. As figuras 33 a 39 mostram o conjunto de Pedregulho em diferentes momentos de sua história.

Figura 33 – Vista do andar intermediário do bloco principal de Pedregulho



Fonte: BONDUKI; KOURY, 2014, p. 176.

Figura 34 - Vista da Fachada do Conjunto de Pedregulho em sua inauguração



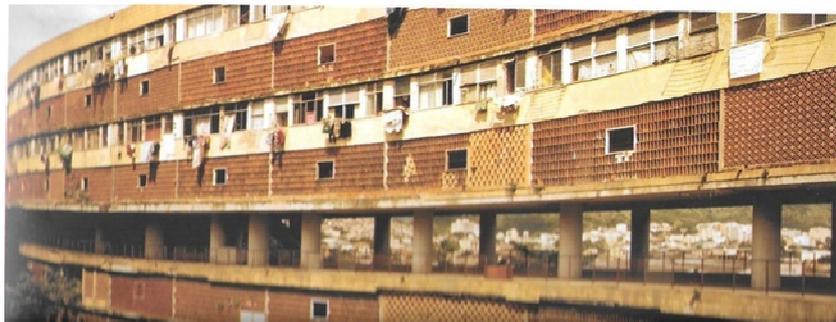
Fonte: BONDUKI; KOURY, 2014, p. 176.

Figura 35– Vista aérea do Conjunto Habitacional de Pedregulho



Fonte: BONDUKI; KOURY, 2014, p. 175

Figura 36 - Vista da fachada do bloco principal, em 2010



Fonte: BONDUKI; KOURY, 2014, p. 177

Figura 37 - Bloco habitacional de Pedregulho após a restauração em 2015



Fonte: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/03/um-predio-na-zona-norte-do-rio-atrai-15-mil-visitantes-por-ano-por-que.htm#fotoNav=22>> Acesso em dez. 2015.

Figura 38 – Vista do bloco principal, ao fundo, e do ginásio de esportes, à frente



Fonte: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/03/um-predio-na-zona-norte-do-rio-atrai-15-mil-visitantes-por-ano-por-que.htm#fotoNav=29>> Acesso em dez. 2015.

Figura 39 – Vista do bloco principal de Pedregulho após a restauração



Fonte: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/03/um-predio-na-zona-norte-do-rio-atrai-15-mil-visitantes-por-ano-por-que.htm#fotoNav=1>> Acesso em dez. 2015.

Por meio das figuras, observam-se as diferentes fases da conservação do edifício de Pedregulho: em sua inauguração, nos anos 1950; nos anos 2000, já muito deteriorado pela falta de manutenção, e após sua restauração, no ano de 2015.

3.5.2 Paquetá

Paquetá é um conjunto residencial para habitação popular promovido pelo DHP, localizado na Ilha de Paquetá, na cidade do Rio de Janeiro, com projeto arquitetônico de Francisco Bolonha³¹, datado de 1952.

³¹ Segundo Bonduki; Koury (2014), Bolonha graduou-se em 1945 na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, muito talentoso, foi “filho” da primeira geração de arquitetos e pode trabalhar junto com os seus mestres, realizou projetos em escritórios particulares (algumas importantes na cidade de Cataguases-MG)

A importância desta obra se dá pelo fato de ter sido um caso de sucesso de implantação de serviço social para acompanhamento de habitação, que funcionou por treze anos, nos quais o Estado promovia a modernização dos espaços de morar. Para o DHP, a população trabalhadora tinha direito a uma moradia digna, ou seja, no período desenvolvimentista, preocupavam-se em diminuir o *déficit* habitacional com uma arquitetura modernista, cuja importância não foi somente estética e de expressão de poder do Estado, mas também de transformação social.

Seu projeto faz alusão a um conjunto habitacional criado por Walter Gropius, em Frankfurt, o interessante foi a integração de valores locais com a arquitetura moderna (característica esta típica da arquitetura moderna brasileira). No período de sua construção, a moradia popular era a pauta do dia, existia a crise habitacional e a intenção do governo era extinguir as favelas, eliminar a pobreza através da educação do trabalhador urbano, isso ocorreu durante o período no qual as obras públicas do Estado eram filiadas ao movimento moderno da arquitetura.

Diferentemente de Pedregulho, no projeto de Paquetá, a casa (unidade habitacional) possuía área de serviço no quintal. Nem todo o espaço projetado foi executado, dos dois blocos projetados somente um foi construído. Os apartamentos dos edifícios do bloco de habitação têm o acesso voltado para a área comum, os jardins e a área comum faziam a conexão entre os espaços, mas também eram destinados a atividades comunitárias, como o lazer e a recreação (figura 42). As unidades residenciais são idênticas e possuem única tipologia de 43 metros quadrados e um quintal de 23 metros quadrados.

Este projeto foi acompanhado de perto pelas assistentes sociais, pois, como mostram Bonduki; Koury (2014), para que pudessem ensinar a utilizar uma casa moderna, como, por exemplo, utilizar o fogão e não mais o carvão ou fogareiro, utilizar o banheiro e o chuveiro e não mais o balde, eles precisavam educar um 'homem novo', para que soubessem utilizar corretamente a cozinha e o banheiro diferentemente dos barracos, onde eles viviam anteriormente. Com o tempo e o acompanhamento das assistentes sociais, as casas melhoraram significativamente. Os modernistas e o Estado esperavam que o espaço arquitetônico fosse capaz de transformar o homem, pois era o ideário da época em que o homem se transformasse no meio em que vivesse, porém, para que isso ocorresse, deveria ser monitorado pelo serviço social.

e para o serviço público (Departamento de Habitação Popular); era sua característica a utilização de materiais tradicionais associados aos materiais modernos, assim como a inserção das artes plásticas em seus projetos.

A transformação social pretendida, entretanto, não ocorreu pelo simples fato de se possuir uma casa nova, mas sim com o apoio do serviço social. Com o passar do tempo e o enfrentamento das dificuldades, a experiência de Paquetá foi positiva, sendo que alguns moradores lá permanecem até hoje, passados mais de 50 anos, e ainda preservaram suas características. O conjunto permaneceu sem mudanças significativas de sua proposta original devido, principalmente, ao consistente trabalho das assistentes sociais, que respeitaram a cultura dos moradores e incorporaram novas formas de morar paulatinamente, fazendo com que os moradores se apropriassem e gostassem da nova casa e dos espaços de uso comunitários, cuidando e preservando seu patrimônio.

Em 1960, a mais importante e satisfatória mudança apontada pelo serviço social, citada por Bonduki; Koury (2014), foi o surgimento de novos hábitos sociais, pois teriam desaparecidos as fofocas entre vizinhos, as brigas, o relaxamento no asseio corporal e o uso inadequado dos equipamentos de recreação. Ao invés disso, surgiu a preocupação com a saúde dos filhos, com a organização e limpeza da casa e com o fortalecimento dos laços familiares.

A manutenção da arquitetura e da vida social do conjunto está relacionada com a maneira como foi concebido, ocupado e administrado nos doze anos em que o serviço social esteve presente, como demonstra Rossi (2005, p.84): “É lógico supor que o sucesso dos conjuntos residenciais está ligado a existência de serviços públicos e equipamentos coletivos, e deve-se notar a importância desse fato”. Tradição e modernidade no projeto de Paquetá não resumem somente a arquitetura, mas também o modo de morar proposto por Bolonha. Sendo assim, “Paquetá é um exemplo de projeto que dialoga com o meio físico, a paisagem e o contexto social onde foi implantado.” (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 275). Outra consideração à Paquetá é que esta também é uma obra atual, como defende Bonduki; Koury:

São questões de grande atualidade, sobretudo no momento em que a retomada de uma produção massiva de habitação não demonstra preocupação com a qualidade da arquitetura, adequada inserção urbana, e ambiental e integração com as demais políticas sociais. Em Paquetá mostra que em um país tão grande e com tanta diversidade de soluções arquitetônicas e urbanísticas, respeitando as características e especificidades locais, é o melhor caminho a ser seguido pela política habitacional. (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 275).

Os conjuntos de Pedregulho e Paquetá não valorizaram somente uma construção rápida e de baixo custo, mas sim levou em consideração projetos que estimassem o ser humano, respeitasse o contexto histórico e social deles, o meio ambiente, além da sociabilidade dos espaços de uso coletivo e no suporte de serviços oferecidos modernizando

os modos de morar, favorecendo a qualidade de vida e promovendo um desenvolvimento social.

Figura 40 – Vista do Conjunto Habitacional de Paquetá



Fonte: BONDUKI; KOURY, 2014, p. 267.

Figura 41 – Detalhe externo das unidades habitacionais de Paquetá



Fonte: BONDUKI; KOURY, 2014, p. 27

Figura 42 – Área de lazer comum do Conjunto de Paquetá



Fonte: BONDUKI; KOURY, 2014, p. 271

Pedregulho e Paquetá são obras da arquitetura moderna brasileira que demonstram como as novas formas de morar foram concebidas no período desenvolvimentista brasileiro, nas décadas de 1930 a 1960, expressando um ideal de progresso, de modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta dissertação possibilitou, por meio da pesquisa realizada, a análise da arquitetura moderna, associada ao desenvolvimentismo e as novas formas de morar, no período entre as décadas de 1930 a 1960, no Brasil. Foi possível perceber, por meio das imagens, da bibliografia e dos documentos pesquisados, um vínculo entre a arquitetura modernista que foi implantada no Brasil e as políticas desenvolvimentistas que ocorriam nas décadas de 1930 a 1960 (que, a partir da década de 1930, estabeleceram condições para que o país se modernizasse com a industrialização) e, não obstante, que a arquitetura reflete o desenvolvimento da sociedade. Nas décadas de 1950, houve a afirmação dessa arquitetura modernista, que encontrou nas políticas públicas sociais a demanda para sua realização.

Como discutido, muitas obras seguiram os preceitos modernistas difundidos por Le Corbusier, tal qual o edifício do MES, a cidade de Brasília, as obras da Pampulha, os conjuntos habitacionais de Paquetá e Pedregulho e até mesmo as obras particulares da elite, que vinham de encontro com o desejo de transformação cultural, de desenvolvimento da sociedade e de modernização do país. Porém, devido aos interesses políticos e econômicos, de especulação imobiliária e do sistema capitalista, não teve continuidade nos governos seguintes e não resolveu de fato o problema do *déficit* habitacional. O conceito de habitar/morar também foi explorado e descobriu-se que a moradia é um direito humano universal e o seu acesso leva o indivíduo a um desenvolvimento social, além da casa de ser um bem mercadológico e refletir uma posição social.

Foi visto que, por trás das formas arquitetônicas, sejam nos edifícios públicos, nos conjuntos de habitação popular ou mesmo nas casas da elite, esconde-se uma ideologia de progresso, desenvolvimento e modernidade, pois as políticas desenvolvimentistas do Estado, nos governos de Vargas e JK, utilizavam dessas *novas* formas (arquitetura moderna) para expressarem o desejo de um *novo* país, um *novo* homem, além de servirem para propaganda de seus governos e demonstração de poder, construindo, principalmente as novas formas de morar, transformando as cidades, e, conseqüentemente, a imagem do Brasil (como no exemplo estudado da cidade de Brasília). A estrutura arquitetônica nos modelos modernistas, pregados pelos CIAMs, pela Carta de Atenas e difundidos pela Bauhaus e Le Corbusier, exprimiam materialmente as transformações pelas quais a sociedade passava, nas primeiras décadas do século XX, por meio do rompimento com os estilos anteriores, em que as novas formas eram projetadas e construídas sem adornos, retilíneas, com novos materiais, tais como aço, vidro e concreto, janelas em fita, planta e fachadas livres, pilotis, terraços jardins, entre

outros. No caso do Brasil, especificamente, além dessas características, a arquitetura modernista brasileira teve um diferencial, pois se utilizou de uma liberdade formal, alterando o rigor formal tradicional dos modernistas europeus para uma arquitetura mais leve, sinuosa e orgânica (como nas obras da Pampulha demonstrada nas figuras), além de alguns aspectos de arquitetura tradicional ser mantidos e alguns outros elementos incorporados, de acordo com o clima tropical. Entretanto, em ambos os casos, nas obras de arquitetura moderna, a forma sempre seguiu a função (ao uso a que se destina o espaço).

Em relação à habitação, o modernismo, juntamente com o período desenvolvimentista brasileiro, reinventou as formas de morar, pois, além de estruturalmente, esteticamente serem diferentes, a concepção do habitar também mudou, já que, no período citado, pensava-se em criar uma habitação que estivesse vinculada a outros espaços, destinados a outras funções humanas além do habitar, tais como o trabalhar, o recrear e o circular. Além da moradia, o indivíduo tinha acesso a infraestrutura e serviços urbanos, além disso os arquitetos modernos, estimulados pelas políticas desenvolvimentistas, criaram projetos e executaram obras nas quais foi possível pensar-se nos espaços comunitários, de uso coletivo, principalmente para a classe operária e de mais baixa renda, a partir dos programas habitacionais da FCP e IAPs, exemplificados nos objetos analisados: os conjuntos habitacionais de Paquetá e Pedregulho. Nesses casos, houve uma clara melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento da população.

Foi possível perceber que, para além do período analisado, já nos meados e finais da década de 1960, essas propostas de habitação foram extintas, os governos militares não deram continuidade a esses programas e, com outras políticas, tais como BNH, deram preferência à quantidade, às construções rápidas e baratas, sem qualidade, sem infraestrutura e sem acompanhamento de serviço social, diminuindo a qualidade das moradias e de vida da população.

Foi importante revelar a mensagem que está por trás do que os olhos veem trivialmente na paisagem do espaço urbano da cidade, da descoberta que uma construção não seja simplesmente um objeto arquitetônico e, no caso do recorte temporal analisado, constituiu-se como a expressão de um espírito de uma época, de um ideal político nacionalista e instrumento de representação do Estado, assim como esteve vinculada a um movimento maior, o modernismo, em que foi possível transmitir as transformações técnicas, sociais aos hábitos de se morar, modernizando, de certa forma, o país, muito embora sem ter alcançado o esperado desenvolvimento social.

É interessante destacar que foi muito importante e, não menos gratificante, a percepção na busca de harmonia entre forma e técnica, com o objetivo de transformação social da arquitetura moderna para as novas formas de morar; descobriu-se que o morar brasileiro no período desenvolvimentista foi intensamente influenciado pelo contexto histórico, político e econômico em que o Brasil vivia, pois buscava a industrialização e modernização do país e as formas arquitetônicas modernas foram utilizadas como representação deste ideal.

Portanto, a partir da pesquisa, considera-se que as formas arquitetônicas modernistas no Brasil são, ao mesmo tempo, expressão de uma nova forma de se viver e morar e também instrumento do Estado para representação de seu poder na busca de um ideário de modernidade e progresso. Elas estão inseridas num contexto político, econômico, cultural e social que as determinam. Esse ideário de progresso de modernidade era afirmação de nacionalidade e crença de uma nova era, representados pelas novas formas de morar através da tipologia arquitetônica modernista, expressas na paisagem urbana, a qual se tornou dominante e estendeu-se por todas as camadas da sociedade, principalmente nas obras incentivadas pelas políticas públicas de habitação popular.

Durante a pesquisa e a escrita da dissertação, percebeu-se que o tema tratado nesta dissertação é atrativo para a maioria das pessoas, desde estudiosos da área até mesmo leigos no assunto, despertando a curiosidade, levantando informações que agradam e despertam interesse em poder perceber que, num olhar mais atento, através das formas de um edifício construído, estão expressas muito mais que um estilo, um padrão estético, mas sim as ideias e o contexto histórico, social, político e econômico de sua época, transmitindo, assim, uma mensagem, um ideal.

Descobriu-se também como a arquitetura, tanto da casa quanto da cidade, é o espaço onde acontecem as relações humanas e sociais. Quanto melhor projetado e planejado esses espaços, propiciará condições para que melhores relações humanas e sociais aconteçam. Além disso, esta dissertação permite pensar em novas possibilidades de desdobramentos desta pesquisa, como: a relevância das ideias modernistas e suas referências nos projetos da atualidade e os seus valores que ainda permeiam a sociedade, considerando uma influência importante para o projetar dos arquitetos e urbanistas, e como estes conceitos de habitação do período estudado poderiam servir de modelo para os atuais empreendimentos de moradia popular das políticas públicas de habitação.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *As fontes da arte moderna*. [Tradução: Rodrigo Naves]. 1987.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ARTIGAS, Vilanova. A arquitetura moderna brasileira. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003. p.195-197.
- BARDI, Lina Bo. Arquitetura e Tecnologia. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003. p.271-273.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. [Tradução de Ana M. Goldberger]. 3ª. Edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BOLAFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2ª edição. Editora alfa-ômega: São Paulo, 1982.p.37-70.
- BOLFE, Sandra Ana; RUBIN, Graziela Rossatto. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM, Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 36 n. 2, p. 201–213, mai-ago. 2014.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. (Org.). *Os pioneiros da habitação social no Brasil*. 1ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP. Edições Sesc São Paulo, 2014. (Volume 03).
- BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. [Tradução de Fernando Tomaz]. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A, 1989. (Coleção memória e sociedade).
- CAMPOS Neto, Candido Malta; GALES, René. *Modernismo e urbanidade: os pioneiros da moradia vertical em São Paulo*. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- CARVALHO, Flávio de. A casa do homem do século XX. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003.p.52-55.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. [Tradução de Arlene Caetano]. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1983. impresso em 2000.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e brasileiro: A história de uma nova linguagem na arquitetura. (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

CAVALCANTI, Lauro P. DAHDAH, Farès el. (org.) *Roberto Burle Marx, 100 anos: a permanência do instável*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. [Tradução Dafne Nascimento Rodrigues]. 6ª. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos; 67 / dirigida por J. Guinsburg).

CORONA, Eduardo. Da necessidade de uma consciência nacionalista. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003.p. 280-282.

COSTA, Lucio. *Memorial descritivo do Plano Piloto de Brasília*, in Lucio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UniRitter, 2007.

COSTA, Lucio. Muita construção, alguma arquitetura e um milagre. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003.p. 78-97.

CPDOC/ FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. [Trad. Jefferson Luiz Camargo]. 1ª. Edição-3ª. Tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FURTADO, Celso (org.) e outros. *Brasil: tempos modernos*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (estudos brasileiros, v. 23).

GALBIERI, Thalita Ariane. *Os planos para a cidade no tempo*. Resenhas online. 079.01 ano 07, jul. 2008. ISSN: 2175-6694. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.079/3069. Acesso em: 16 mar. 2015.

GALESI; René; CAMPOS NETO, Candido Malta. *Modernismo e urbanidade: os pioneiros da moradia vertical em São Paulo*. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Rene%20Galesi,%20Candido%20Malta%20Campos%20Neto.pdf>> Acesso em: jun. 2015.

GIST, Noel Pitts; HALBERT, Leroy Alleh. *A cidade e o homem: a sociedade urbana*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. 2v.

GOODWIN, Philip Lippincott. *Brazil builds architecture new and old, 1652-1942*. Nova York, Museum of modern art, 1943.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. [Tradução Adail Ubirajara Sobral. Maria Stela Gonçalves]. 14ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HESS, Alan; WEINTRAUB, Alan. *Oscar Niemeyer casas*. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2014.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel Edusp, 1990.

LARA, Fernando Luiz. A insustentável leveza da modernidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n.057.04, Vitruvius, 05, fev. 2005. ISSN 1809-6298. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/500>>. Acesso em 03 abr. 2015.

LE CORBUSIER, Le. *Os três estabelecimentos humanos*. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 3ª. edição. São Paulo: Centauro, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. (1991) [1974]: *The Production of Space*. Oxford (R.U.) e Cambridge (EUA): Blackwell.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é arquitetura*. 7ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 16).

LEVI, Rino. A arquitetura é arte e ciência. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003.p.313-317.

LIMA, Marcos Costa. Getúlio Vargas e o estado nacional desenvolvimentista. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/>>. Acesso em: 21 mai.2015.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: MARICATO, Ermínia (org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2ª edição. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.p.71-93.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*, 2011.

NIEMEYER, Oscar. A forma na arquitetura. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003.p.141-145.

NIEMEYER, Oscar. Le Corbusier. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003.p.331-333.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. Parque do Flamengo: Instrumento de planificação e resistência. *Arquitextos*, São Paulo, ano 07, n. 079.05, Vitruvius, dez. 2006 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/288>>.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Rev. FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PEDROSA, Mario. A arquitetura moderna no Brasil. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003.p. 98-105.

REGO, José Lins do. O homem e a paisagem. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003. p. 293-297.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50. Populismo e metas Desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

ROLNIK, Raquel. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes. *Revista emetropolis*: n. 5, ano 2, junho 2011 – p. 37 a 42. Disponível em: <<http://www.emetropolis.net/>> acessado em: 21 nov.2014.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RUBIN, Graziela Rossatto. Movimento moderno e habitação social no Brasil. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 17, n. 2, p.57-71, mai./ago.2013.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o reconhecimento como poder*. [Tradutores Vera Lucia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Milton *Metamorfose do espaço habitado*. 6ª. Edição. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SAULE JÚNIOR, Nelson. *Direito à cidade*. São Paulo: Polis, 1999.

SEGAWA, Hugo. *The essentials of Brazilian Modernism*, Design Book Review 32/33, 1994, p. 64-68.

SEGAWA, Hugo. Rumo à industrialização: arquitetura da primeira metade do século XX In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira.2ª. edição. Brasília: UNESCO, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008. p.310-343.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2ª. Edição, São Paulo: Alfa Ômega, 1982. p.21-36.

SOMEKH, Nádía. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939*. São Paulo: Studio Nobel. Editora da Universidade de São Paulo. Fapesp, 1997. (Coleção cidade aberta).

STRICKLAND, Carol. *Arquitetura comentada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

TRAMONTANO, M. Espaços domésticos flexíveis. Notas sobre a produção da primeira geração de modernistas brasileiros. 1993. São Paulo: FAU-USP, 1993. 210mmX297mm. 15p. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html> > Acesso em: 09 set. 2014.

TRAMONTANO, M. Habitações, metrópoles e modos de vida. Por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo. 3o. Prêmio Jovens Arquitetos, categoria "Ensaio Crítico". São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil / Museu da Casa Brasileira, 1997. 210mm x297mm. 10 p. Ilustr. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html> Acesso em: 09 set. 2014.

UNDERWOOD, David. *Oscar Niemeyer e as formas livres no Brasil*. Título original: *Oscar Niemeyer na Brazilian Free-form Modernism*. 2ª. Edição. [Tradução Betina Bischof]. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

WARHAVCHIK, Gregori. Acerca da arquitetura moderna. In: XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revista e ampliada] São Paulo: Cosac e Naify, 2003 p.35-38.

Sites pesquisados:

<http://www.riofilmcommission.com/locacao/aterro-do-flamengo>

<http://www.iphan.gov.br/>

<https://herbertesteves.wordpress.com/novo-design/>

<http://whc.unesco.org/en/list/1052/gallery/>

<http://travel.prwave.ro/villa-tugendhat-in-brno-a-unesco-world-heritage-site/>

<http://misfitsarchitecture.com/tag/villa-savoie-structure/>

www.fondationlecorbusier.fr

www.fondationlecorbusier.fr

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/OBrasilQueVargasDeixou/BasesDesenvolvimento>.

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14559/lucio-costa>

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/03/um-predio-na-zona-norte-do-rio-atrai-15-mil-visitantes-por-ano-por-que.htm#fotoNav=22>

<http://www.riofilmcommission.com/locacao/aterro-do-flamengo>

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=276403>

<http://www.archdaily.com.br/br/01-134992/classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-eequipe/520e7d6ee8e44e4bf900011b-classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe-imagem>

<http://www.archdaily.com.br/br/01-134992/classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe/520e7d6ee8e44e4bf900011b-classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe-imagem>.

<http://www.archdaily.com.br/br/01-134992/classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe/520e7d6ee8e44e4bf900011b-classicos-da-arquitetura-ministerio-de-educacao-e-saude-slash-lucio-costa-e-equipe-imagem>

<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/77624/2/106606.pdf>revista.zapimoveis.com.br/%

<http://www.abi.org.br/abi-106-anos-de-luta-pelas-liberdades/>

<http://www.brasil.gov.br/old/imagens/brasil-50-anos/palacio-da-alvorada-1/view>

<http://www.brasil.gov.br/old/imagens/brasil-50-anos/interior-do-palacio-da-alvorada/view>

<http://www.skyscrapercity.com>

<http://www.archdaily.com.br/br/01-83469/classicos-da-arquitetura-igreja-da-pampulha-oscar-niemeyer>

<http://www.archdaily.com.br/br/01-12802/classicos-da-arquitetura-casa-de-vidro-lina-bonardi>.

<http://panopticon.tumblr.com/post/117565993686/casa-de-vidro-lina-bonardi-bairro-morumbis-%C3%A3o>

<http://www.arquitettura-urbana.com>

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/05/1626485-arquitetura-social-perdida-o-dilema-da-moradia-popular.shtml>.

<http://vejario.abril.com.br/materia/cidade/um-dos-simbolos-de-sao-cristovao-comemora-o-fim-de-uma-longa-reforma/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

<http://bibspi.planejamento.gov.br>